coleções Caros amigos

FASCÍCULO
governo Castelo Branco
4

R$ 7,50

a ditadura militar no Brasil

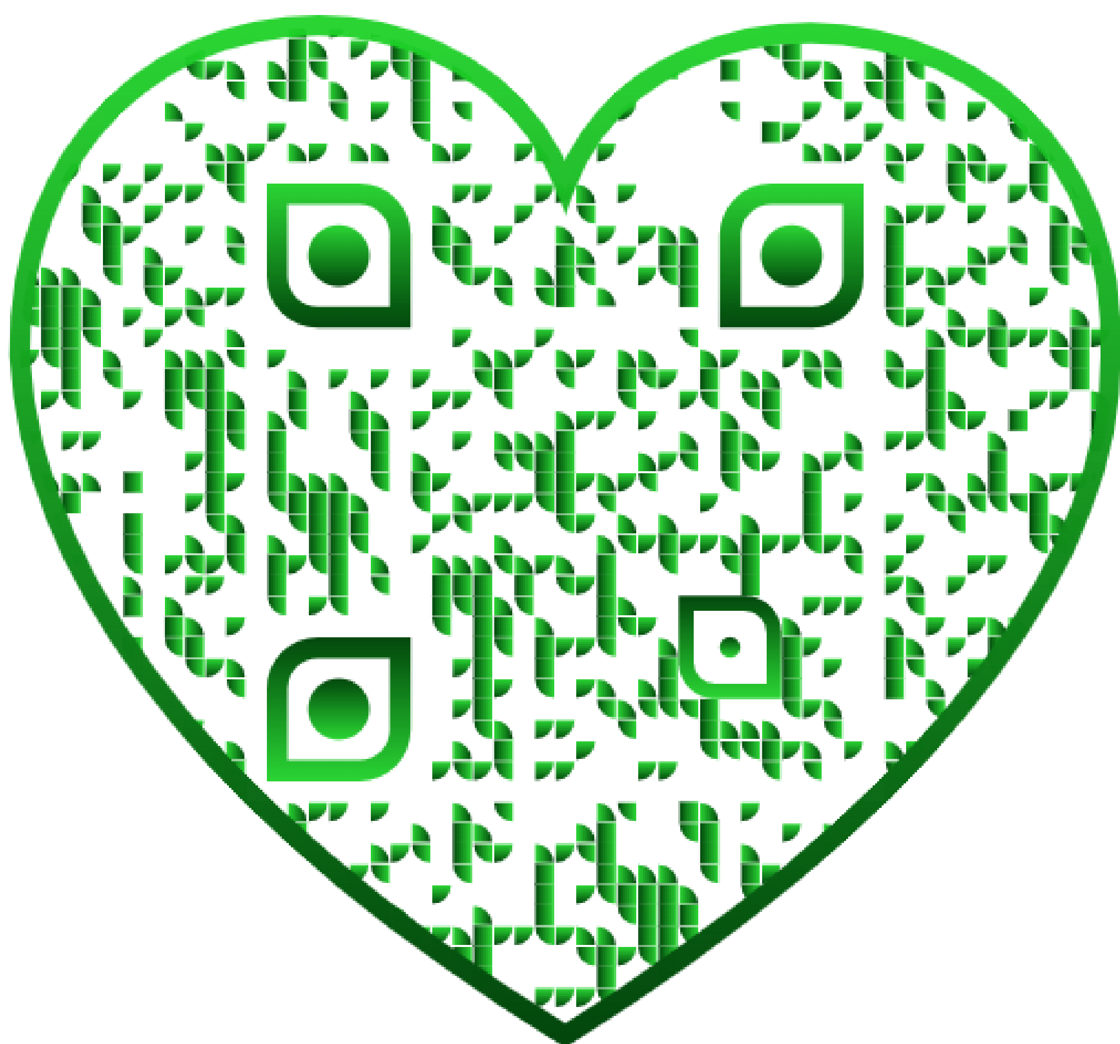
a história em cima dos fatos



O chargista Appe, da revista *O Cruzeiro*, resumiu assim a chegada de Castelo ao poder.

ISBN978-85-86821-80-6


caros amigos editora

Por que os golpistas não admitem que deram um golpe?

Você já notou que quem move uma agressão jamais admite que "começou a guerra"? Ainda neste início do século 21 os Estados Unidos agrediram o Iraque sob pretexto de que os iraquianos preparavam armas de destruição em massa, quando queriam era garantir mais petróleo para si (e, logo se soube, o Iraque não preparava arma de destruição em massa alguma).

Vimos como nossos militares derrubaram em 1964 um governo legalmente constituído; como a agressão partiu de Washington, que usava a "mão do gato" para impedir o Brasil de virar uma potência; como nossos militares abraçaram, para tanto, a tese do "inimigo interno" (p. 86/87, fascículo 3).

Assim, golpistas ouvidos trinta anos depois, pelos historiadores Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, trataram de escamotear o fato de que tomaram a iniciativa da agressão.

O general Gustavo Moraes Rego Reis, assessor do governo Geisel, diz que promoveram uma "contra-revolução preventiva". Seu colega Carlos Alberto da Fontoura, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações, ecoa:"Nós não fizemos o golpe. Fomos obrigados a dar o contragolpe pelo povo brasileiro."

O general Antônio Bandeira, que combateu a Guerrilha do Araguaia em 1972, fala em "contra-revolução" e vai além no subterfúgio: "A ideologia política foi puramente a de preservar o regime democrático."

E para "preservar" a democracia golpearam-na, sob a justificativa de que era "o inimigo" quem ia golpeá-la. O escritor inglês Terence Hanbury White (1906-1964), em O Único e Eterno Rei, volume II, deslinda bem o paradoxo. Recria um diálogo entre o jovem rei Artur e seu conselheiro, o mago Merlin, figuras semilendárias da Inglaterra do século 6. Merlin diz ao pupilo que as guerras, de tão terríveis, "não deveriam ser permitidas".

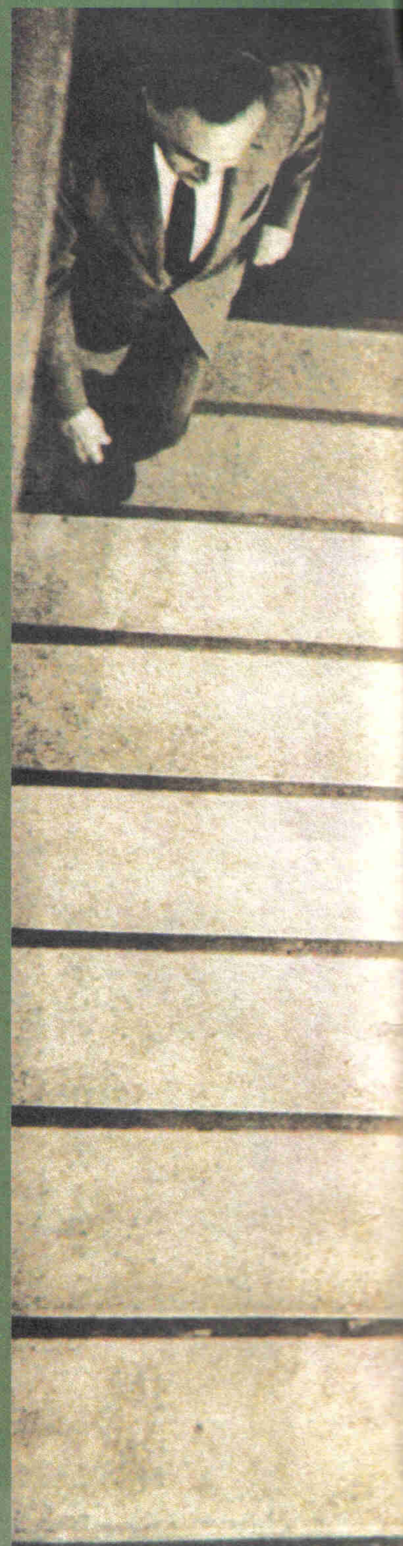
Artur observa:

"Mas ambos os lados sempre dizem que foi o outro que começou."

Responde Merlin que isso é bom:

"Pelo menos, mostra que os dois lados têm consciência, dentro de si mesmos, de que a perversidade da guerra está em começá-la."

Por isso os golpistas não admitem que deram o golpe.



Castelo, "estadista" para os admiradores, aceitou comandar o início dos expurgos.



O primeiro palanque da nova ordem, com Carlos Lacerda bem atrás de Castelo.

Castelo Branco, ditador civilizado

No dia 31 de março de 1964, o general Costa e Silva foi aconselhado a se esconder com companheiros – precisavam de isolamento para concluir seus planos. Castelo Branco achou que o melhor, para despistar, era continuar despachando em seu gabinete. Horas depois, estariam definidas as áreas de comando: Costa e Silva, autonomeado comandante-chefe do Exército e chefe do Comando Supremo da Revolução, cuidaria das Forças Armadas; Castelo se dedicaria à articulação política.

Escoltado por 50 oficiais-estudantes, Castelo foi para casa trocar a farda por terno e gravata, e de lá ruma para o esconderijo de Costa e Silva. Por volta de meia-noite telefona Amaury Kruel, comandante do II Exército, aderindo à conspiração. Poderiam já comemorar. Restavam apenas pontos críticos no Recife de Miguel Arraes e em Porto Alegre de Jango e Brizola.

Na manhã do 1º de abril, quando sentiram o gosto da vitória, o marechal Ademar de Queiroz filosofou:

"Agora vem o pior, a fase das ambições."

Lápis e papel na mão, passam a listar os nomes dos oficiais e dos comandos: "Quem?" "Onde?" O anedotário sobre a capacidade intelectual de Costa e Silva é extenso, mas, quando passaram a pensar nomes para a presidência, sabedor de que tudo estava arranjado para Castelo Branco, ele foi hábil o bastante para espalhar que preferia um candidato civil. No fundo, achava que devia ser ele próprio; por exemplo, no mês seguinte, na recepção ao presidente alemão Henrich Lübke no Copacabana Palace, apontou a casaca de Castelo, dizendo ao visitante: **"Quem devia estar com essa casaca era eu, mas não quis."** Castelo ouviu calado.

O Congresso "elege" novo presidente

Ainda era no Rio que as coisas aconteciam. Dia 4 de abril, no Palácio Guanabara, reúnem-se os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda; São Paulo, Adhemar de Barros; Minas, Magalhães Pinto; Mato Grosso, Fernando Costa; Paraná, Ney Braga; Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti; e Goiás, Mauro Borges – este, deposto meses depois. Junto com outros políticos, iam indicar "o" nome.

Castelo é praticamente aclamado, Lacerda abre o salão para a imprensa, rádio e tevê. A festa vai até 4 da manhã. Castelo assistiu em casa, pela tevê, ao lado do coronel Vernon Walters, adido da embaixada americana. Na manhã seguinte, começam a chegar telegramas de apoio.

Personalidades ligadas ao Ipes, como o poeta Augusto Frederico Schmidt, a escritora Rachel de Queiroz e a histriônica secretária do Serviço Social da Guanabara, Sandra Cavalcanti, organizam manifestação de apoio ao golpe em frente da casa de Castelo. As Organizações Globo, de Roberto Marinho, transmitem na voz do radialista César de Alencar (delator de colegas da Rádio Nacional). Faziam de tudo para provar que a candidatura de Castelo emergia da vontade popular, nada tinha a ver com golpe.

No dia 9 de abril era promulgado o Ato Institucional – ainda sem número porque deveria ser o único; o AI propiciou, já no dia seguinte, a cassação de 40 parlamentares. O Congresso se reuniu para escolher um dos três generais candidatos: Castelo Branco, Juarez Távora e Gaspar Dutra. Castelo recebeu 361 votos; Juarez, 3; Dutra, 2. No dia 15, Castelo tomou posse.

Desgostos de um manda-chuva

Como havia declarado que a eleição de 1965 seria "realizada de acordo com o calendário", a primeira decepção de Castelo se deu em 22 de julho de 1964, quando teve de aceitar a prorrogação de seu mandato. A segunda foi assinar, em outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2, que extinguia os partidos existentes e atribuía à Justiça Militar o julgamento de civis acusados de crimes contra a segurança nacional.

O anedotário político registra a frase de um diálogo entre o jurista Francisco Campos, o Chico Ciência, e o vice José Maria Alkmin, sobre a relutância de Castelo em assinar o AI-2:

"Ai, minha Nossa Senhora, ele pensa que é civil e que foi eleito!"

Castelo ainda assinaria o AI-3, estabelecendo eleição indireta para governadores; e o AI-4, convocando o Congresso para votar a nova Constituição.

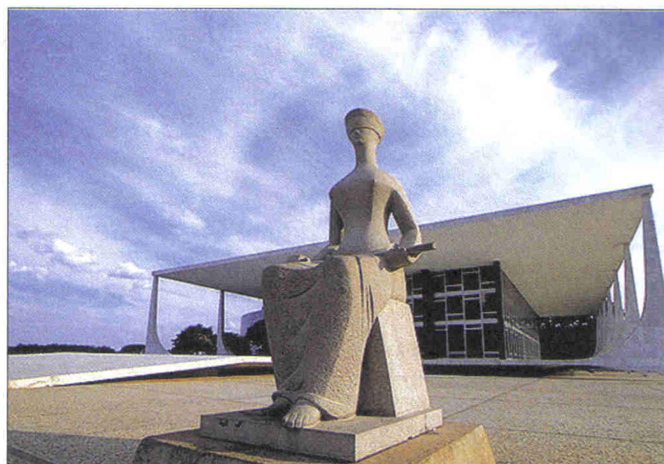
Ditadura, na língua da ditadura, é apenas "estado de exceção"

Com leis draconianas, intimidando e cassando, impedindo o voto popular, baixando sua própria Constituição, o regime se fixa e inventa um sinônimo para ditadura.

O governo Castelo Branco seguiu na prática de baixar Atos Institucionais para "legalizar" as ações políticas e policiais do regime militar – os AIs não passavam de fórmula jurídica para neutralizar a Constituição de 1946, em vigor, à luz da qual o regime de força era ilegal. De 1964 a 1969 seriam decretados 17 AIs.

Em 5 de fevereiro de 1966, o AI-3 socorre o governo diante da iminente falência de seu partido de sustentação, a Arena, nos Estados de São Paulo, Minas e Rio, onde se concentrava a maior parte da população e já se manifestava forte clamor de oposição – no ano anterior, tinham sido eleitos governadores os oposicionistas Israel Pinheiro, em Minas, e Negrão de Lima, na Guanabara. Em São Paulo governava o popularíssimo Adhemar de Barros, com o qual os militares já se indispunham. Tendo chance de fazer seu sucessor, ele seria cassado em junho de 1966. O AI-3 afastou as ameaças, ao impor:

1 – eleições indiretas para governador, substituindo o voto popular pelo voto dos deputados estaduais – o que favorecia o partido governista.



Até o Supremo Tribunal Federal teve de se curvar.

2 – prefeitos das capitais e de cidades "de segurança nacional" não mais seriam eleitos, mas indicados pelos governadores.

Pior que tudo, o artigo 6º excluía de apreciação judicial os atos praticados com fundamento naquele AI-3. Ou seja, ninguém poderia contestar judicialmente a legalidade do AI-3. O regime endurecia.

Combinando pressão sobre as Assembléias Legislativas e cassações de deputados de oposição, a Arena elegeu 17 governadores.



O Comando Supremo da Revolução assina o Ato Institucional: Costa e Silva (Exército), Rademaker (Marinha) e Correia de Melo (Aeronáutica).

"Marchou com Deus pela democracia, agora chia, agora chia."

VERSOS DE ZÉ KÉTI, NA MARCHA MAIS CANTADA DO RÉVEILLON CARIOCA DE 1965

Congresso fraco, Judiciário submisso

No dia 20 de outubro de 1966, sai o Ato Complementar 23, que estabelece recesso parlamentar até 22 de novembro. Foram presos parlamentares oposicionistas que protestaram contra o AI-3, sob acusação de subversão e sabotagem ao "espírito da revolução". Muitos políticos sucumbiram ao clima de terror e desistiram da vida pública, o que dava mais força ao partido situacionista. Em 15 de novembro, nas eleições para a Câmara dos Deputados, a Arena ficou com 277 cadeiras, contra 132 do MDB.

Três semanas depois, em 7 de dezembro, Castelo decretou o AI-4, pelo qual convocava – ou obrigava – o Congresso a votar e promulgar o projeto de Constituição que revogaria em definitivo a Constituição de 1946 (ou o que restava dela).

Nascia a Constituição de 1967, quinta do período republicano, que institucionalizava a ditadura, dando ao presidente da República ainda mais poderes, inclusive de publicar e mandar cumprir emendas constitucionais sem consultar a sociedade civil. Reduziram-se os poderes do Congresso Nacional e ficou o Poder Judiciário submisso ao Executivo.


QUERIAM REPREENDER SÓFOCLES. Tom Zé sofre até hoje pelo arroto que virou assopro. Abaixo, Sófocles (496-405 a.C.), um dos maiores dramaturgos gregos, autor de Édipo Rei. A censura pós-64 queria mexer no texto, que um grupo de teatro iria montar – é a história de Édipo, que casa com a mãe sem saber, mais tarde inspiraria novela de tevê. Um ator, chamado a Brasília, levou uma descompostura, ponderou que nada havia de "político." E o censor: "Então chame o autor." Virou piada. O ator respondeu: "Lamento, o autor morreu há mais de dois mil anos."

PERCALÇOS DE TOM ZÉ

A censora que não arrotava

A escalada ditatorial se intensifica. Em 9 de fevereiro de 1967, a nova Lei de Imprensa impõe censura prévia. Prevê censores nas redações; eles vetarão notícias sobre prisões arbitrárias, tortura, cassações, escândalos no governo, produção artística "subversiva" ou "ofensiva aos bons costumes".

Em geral, os critérios vêm "de cima", mas em muitos casos partem de cada censor, baseados em crenças pessoais, preconceitos, idéias bizarras. Quarenta anos depois, no documentário *Fabricando Tom Zé*, de Décio Matos Jr., o artista baiano narrará seu encontro com uma censora que queria dar-lhe lição de bom gosto. Ela implicou com uma palavra na letra de *Guindaste a Rigor*, de 1970. O trecho:

Para reger o conjunto, um *guindaste a rigor*
E na hora do breque um belo arroto de Coca-Cola

Tom Zé contou para este fascículo:

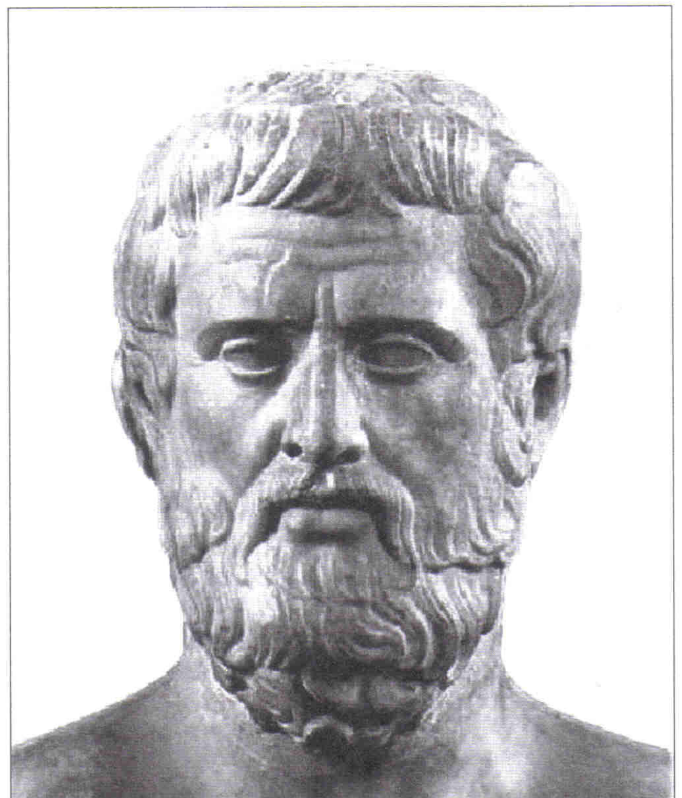
As tardes na Censura eram longas, de conversas compridas. Quando discuti a letra de Guindaste a Rigor*, a censora, dona Maria Joana – peculiar nome de batismo para a senhora que exercia a função –, disse, a respeito da palavra arroto: "Não pode." "Por quê?" "É feio." "Então a senhora está censurando, dona Maria Joana." "Nãããão, não estou." "Então, mantenho a palavra." "Não, não pode." "Então, a senhora censura." "Não. É feio, meu filho. Um rapaz dizendo arroto. Não pode."*

Isso se prolongou. Para não suprimir a música, troquei por assopro, ficou: Um belo assopro de Coca-Cola. Lamentei e lamento até hoje.

Ditadura diz que não é ditadura

Um mês depois da Lei de Imprensa, no dia 3 de março de 1967, publica-se a Lei de Segurança Nacional do regime militar: mais arbítrio e violência. A lei previa crimes de conceitos amplos e nebulosos: crime de opinião, político, de subversão. O cidadão enquadrado na LSN sofreria expulsão do país, vigilância sobre seus parentes, indisponibilidade de seus bens.

Assim se firmava o "estado de exceção", eufemismo para ditadura.





Castelo assina o Ato Institucional nº 2.



Mazzilli passa a faixa presidencial a Castelo.

O novo regime afina os instrumentos, procura o tom e, aos poucos, vai obrigar todo e qualquer brasileiro a dançar conforme sua música.

Um governo em três atos

Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra; Augusto Rademaker na Marinha; e Francisco de Assis Correia de Melo na Aeronáutica. O resto do ministério foi distribuído entre civis e militares mais afinados com as pastas e o novo regime. Mas, durante os três anos que durou o turbulento mandato de Castelo, brilharam e apagaram nomes como o de Roberto Campos, primeiro na Fazenda, depois no Planejamento; Flávio Suplicy de Lacerda na Educação; Severo Gomes na Agricultura; Arnaldo Sussekind e Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva no Trabalho; Milton Campos na Justiça; Cordeiro de Farias no Interior; Luís Viana Filho na Casa Civil; Ernesto Geisel na Casa Militar.

PRIMEIRO ATO

Queriam cassar até um Ermírio de Moraes

O AI-1, editado em 9 de abril de 1964, estipulava o prazo de 60 dias, isto é, 9 de junho, como limite para cassar mandatos e suspender por dez anos os direitos políticos de quem pudesse atrapalhar o governo militar. Era preciso correr. Obviamente, os primeiros cassados foram Jango, Brizola, Jânio Quadros, Luiz Carlos Prestes e Juscelino – este, por ser forte candidato à próxima eleição presidencial, em 1965, embora tivesse dado importante apoio à indicação de Castelo.

Rolaram as cabeças de dois governadores, Miguel Arraes, de Pernambuco, e Seixas Dória, de Sergipe (curiosamente eleito pela UDN, União Democrática Nacional, de direita); mais 50 deputados, a maioria do PTB (nenhum da UDN). O expurgo atingiu 49 juízes, cerca de 1.400 civis e 1.200 militares.

A sanha era tanta que os mais radicais queriam cassar até gente como os respeitados juristas San Thiago Dantas, Evandro Lins e Silva e Afonso Arinos – líder da UDN; e o industrial José Ermírio de Moraes. Ninguém em sã consciência poderia dizer que constituíam ameaça ao governo.

SEGUNDO ATO

Bipartidarismo: ou Arena ou MDB

Em 3 de outubro de 1965 houve, conforme previsto, eleições diretas para governador. A linha-dura não engoliu duas vitórias da oposição: na Guanabara, Negrão de Lima, da coligação PSD/PTB, os antigos aliados desde os tempos de Vargas, partidos aliás que ele, Vargas, criou – o Social Democrático e o Trabalhista Brasileiro; e, em Minas Gerais, Israel Pinheiro (PSD). Os duros consideraram Israel e Negrão ameaças à continuidade do governo militar e aumentaram a pressão sobre o presidente. Já Carlos Lacerda, permanente candidato à presidência, engrossava o coro de acusações de "traidor da pátria" contra Castelo.

A resposta do presidente não tardou. Em 27 de outubro de 1965, editou o AI-2. As eleições presidenciais, adiadas para o ano seguinte, passariam a ocorrer de forma indireta e sem possibilidade de reeleição. Isso acabava com as pretensões de civis como Lacerda, Magalhães Pinto e Juscelino Kubitschek. Eles pressentiram que jamais chegariam ao Palácio do Planalto.

O segundo ato também aumentava o número de ministros do STF, Supremo Tribunal Federal, de 11 para 16, de forma a garantir a maioria do governo naquela Casa.

Mas, talvez, a mais significativa mudança imposta pelo AI-2 foi a dissolução dos partidos existentes desde 1945. Um Ato Complementar ditava as regras para a reorganização partidária, em torno de duas agremiações apenas: a Arena, Aliança Renovadora Nacional, base de apoio do governo; e o MDB, Movimento Democrático Brasileiro, a oposição consentida.

TERCEIRO ATO

Fica, assim, bem claro...

Editado em 5 de fevereiro de 1966, o terceiro Ato Institucional reforçava o sistema instaurado em 1964. Definia que também as eleições para governos de Estado seriam indiretas, com votação nominal e maioria simples, nas Assembléias Legislativas estaduais. Os prefeitos de capitais seriam nomeados pelos governadores, mas o nome do indicado precisava de prévia aprovação da Assembléia Legislativa.

O AI-3 fixava o calendário eleitoral: em 3 de outubro de 1966, eleições para presidente da República; em 15 de novembro, para deputados federais e senadores, nas únicas eleições que continuariam a dar-se pelo voto direto do eleitorado. Apesar de preservar a existência do Congresso Nacional, os comandantes do novo sistema já advertiam desde o primeiro Ato Institucional:

"Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação."



Juarez Távora, tenente nacionalista, general entreguista.

GENERAL PIRES, GOLPISTA, MINISTRO NO 1º GOVERNO CIVIL PÓS-64: *NÃO TÍNHAMOS UM IDEÁRIO. ERA UM ANTI-ESQUERDISMO.*

CONSTITUIÇÃO DE 1967

Todos passam a ser responsáveis pela segurança nacional

Desde meados de 1966 se preparava um projeto para nova Constituição, que incorporaria elementos dos Atos Institucionais, tornando-os permanentes. Contudo, devido a intensos protestos, inclusive de deputados da Arena, o governo edita, em 7 de dezembro de 1966, o AI-4: convocava o Congresso, em sessões extraordinárias de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discutir, votar e promulgar a nova Carta, em regime de trabalho acelerado. Ela deveria entrar em vigor até 15 de março de 1967, quando tomaria posse na presidência o general linha-dura Arthur da Costa e Silva. Até aquela data, o Executivo poderia governar por decreto sobre assuntos como segurança nacional, administração e finanças.

Não foi necessário, porém. A Constituição foi promulgada em 24 de janeiro de 1967, sem que os congressistas pudessem votar a maioria das emendas propostas pelo Congresso. Costa e Silva a considerou "viva, moderna e adequada". Durante seu governo, no entanto, a ordem constitucional continuaria a ser sacrificada em prejuízo da ordem institucional. A exceção era a regra.

A partir de 15 de março de 1967, passou a vigorar nova Lei de Segurança Nacional. Incorporava grande parte da doutrina da Escola Superior de Guerra e tornava todos os brasileiros responsáveis pela segurança do país.



Costa e Silva, um duro no ministério de Castelo Branco, um não tão duro.

"A Revolução não tinha projeto. A falta de uma ideologia inicialmente deixou todos perplexos."

GENERAL MORAES REGO, ASSESSOR ESPECIAL DE GEISEL NA PRESIDÊNCIA

A campanha Ouro para o Bem do Brasil foi um sucesso, movido pelo medo ao comunismo, pela desinformação e ingenuidade de boa parte do povo. Não se sabe que fim levaram as jóias doadas.

Ouro para o bem de alguns, do Brasil é que não foi

No dia 13 de maio de 1964, um mês e meio depois do golpe militar, uma cerimônia se realiza ao cair da tarde no saguão de um prédio da rua Sete de Abril, centro de São Paulo. É a sede dos Diários Associados, rede de comunicações que compreende jornais e estações de tevê e rádio. Estão presentes o presidente do Congresso, Auro Soares de Moura Andrade, e o ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind.

Depois do sucesso das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nas quais se empenhou Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, não lhe será difícil levar adiante mais uma operação vitoriosa: convencer o povo de que o novo governo precisa de ajuda e, ao mesmo tempo, ganhar pontos junto ao chefe de governo, general Castelo Branco. Naquele entardecer, Chateaubriand inaugurava a campanha Ouro para o Bem do Brasil. Imediatamente, o Rotary Club das cidades brasileiras encamparia a operação, com o nome de Semana Cívica do Ouro.



QUEM FICOU COM AS JÓIAS? Milhares de pessoas passaram pelo saguão dos Diários Associados doando jóias (acima). À esquerda: chega um latão com ouro enviado de alguma cidade do interior; e a propaganda da campanha Ouro para o Bem do Brasil. Na página seguinte: menina que doou seu anel de ouro experimenta o anel de latão.





Mais de 100.000 doaram

No saguão da sede dos Diários Associados em São Paulo, uma enorme urna estava montada, para as pessoas depositarem doações. Na cerimônia de abertura, o senador Moura Andrade recebeu a chave da urna-cofre – o conteúdo seria entregue ao presidente Castelo Branco. Sob as câmeras de tevê e espocar de *flashes*, o governador Adhemar de Barros deu o exemplo doando seu salário de abril, 400.000 cruzeiros; a indústria automobilística contribuiu com veículos; vários empresários assinaram cheques de milhões; e, durante semanas, milhares de pessoas formaram filas no saguão da rua 7 de Abril, para doar alianças, anéis, pulseiras, correntinhas e até obturações de ouro.

Em reportagem de 13 de junho de 1964, a revista *O Cruzeiro* calculou cerca de 400 quilos de ouro e meio bilhão de cruzeiros doados por mais de 100.000 pessoas só nas primeiras duas semanas. Jamais se soube quanto se arrecadou no total nem que fim levaram as jóias. O recibo era uma aliança de latão com a inscrição *Doei ouro para o bem do Brasil*. No caso da Semana Cívica do Rotary, a inscrição era *Legionários da Democracia*.



O povo acaba vítima do próprio medo

Duas acadêmicas, Priscila Ferreira Perazzo e Vilma Lemos, professoras do curso de comunicação social da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, da Grande São Paulo, examinaram a campanha do ouro sob o ponto de vista da "construção retórica do governo militar"; elas tomaram como ponto de partida "o *certificado de adesão* à campanha da Semana Cívica do Ouro, documento que muitos brasileiros receberam por *doar ouro para o bem do Brasil*".

O certificado de adesão, distribuído em cidades de todo o país, trazia os quinze "deveres do Legionário da Democracia". Salta na retórica usada, segundo as professoras, o verbo "combater". Combater "a ganância, o roubo, a corrupção, a desonestidade, a sonegação e a especulação – atributos maléficos que eram associados à figura do comunista como o mal maior". Combater também se associava a "legionário", membro de uma "legião" de "soldados", defensores da revolução "democrática", que havia deposto um presidente "comunista".

Os golpistas, manipulando as palavras, conseguiram com sua retórica estabelecer a "antítese democracia x comunismo", ou seja, "governo 'esquerdista' de Jango e regime 'democrático' implantado pelo golpe militar". E o novo governo, avaliam as professoras, estabeleceu uma "metáfora bélica". Escreveram elas:

"Uma das ações do governo foi forjar um inimigo, que nesse caso foi o comunismo, pois a criação de inimigos é própria dos discursos persuasivos. Criando um inimigo, duas forças se defrontam: o bem, representado pela democracia, e o mal, representado pelo comunismo."

O discurso dos golpistas, agora no poder, mobilizava "tanto pelo apelo à emoção" como "pela técnica manipuladora da desinformação, amplamente posta em ação pela imprensa e pelo rádio", para "induzir a opinião pública a erro". Mas o próprio Chateaubriand já se desiludia com os militares alguns meses depois da Semana Cívica do Ouro. Tarde demais, concluem as professoras Priscila e Vilma:

"Diante do montante arrecadado, o ato retórico da campanha do ouro surtira efeito sobre a população, que, mobilizada pelo medo do comunismo, pela ingenuidade, pela desinformação, acabou por se tornar refém e vítima da própria situação inicialmente desejada."

ABAIXO A INTELIGÊNCIA!

Expulsaram os maiores crânios do país

Era ou não era uma era de obscurantismo?

Cientistas de renome internacional são cassados, humilhados, presos. O que fizeram com o físico nuclear Mário Schenberg dá idéia. Schenberg (1914-1990) tinha, entre seus feitos, importantes contribuições para a astrofísica. Pois bem. Em 1964, antes de levá-lo preso, de pijama, o delegado depredou seus livros e objetos de arte. Seria depois aposentado compulsoriamente e proibido de entrar no campus da Universidade de São Paulo – um cientista mundialmente respeitado.

Expulsaram do país: Leite Lopes, consolidador da física teórica no país; Jayme Tiomno, outro importante pesquisador da física; Warwick Kerr, maior especialista do mundo em genética de abelhas; Roberto Salmeron, dos primeiros a estudar raios cósmicos no Brasil; Luís Hildebrando Pereira da Silva, autoridade internacional em malária; Josué de Castro, médico, geógrafo, um lutador contra a fome, traduzido em 25 línguas e duas vezes indicado para o Nobel da Paz; Celso Furtado, estudioso do subdesenvolvimento, economista brasileiro mais conceituado no exterior; Paulo Freire, educador traduzido em 28 línguas, homenageado com estátua em Estocolmo, capital da Suécia.

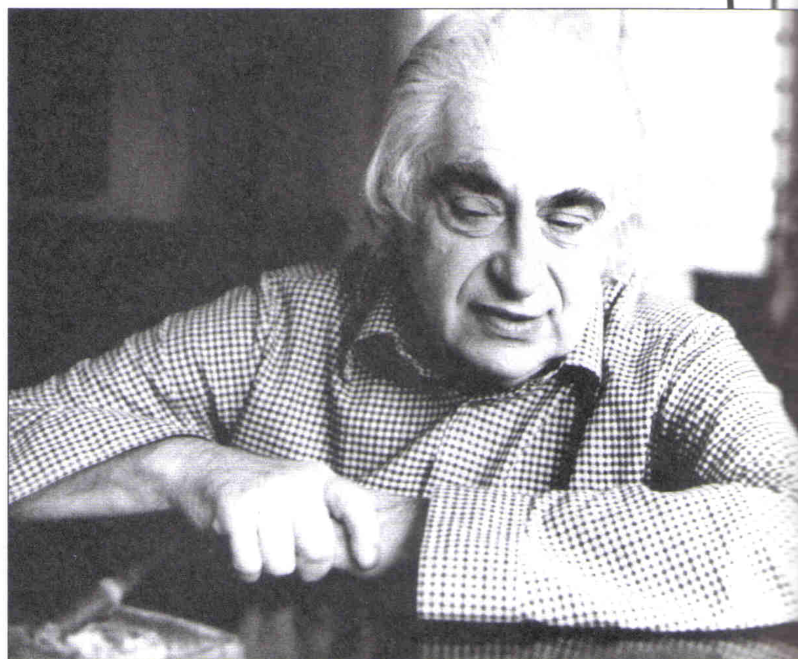
TERRORISMO CULTURAL

Nosso gênio serve à França porque "não sobrou opção"

Dia 19 de outubro de 2005. O auditório Dois Candangos, da Universidade de Brasília, vive momentos especiais. O físico Roberto Aureliano **Salmeron**, primeiro coordenador do Instituto de Física e dos Institutos Centrais de Ciências da UnB, recebe o título de Doutor Honoris Causa, maior honraria da instituição. Exatamente quarenta anos antes, ali mesmo na UnB, Salmeron e 222 colegas passaram pelo episódio mais dramático de suas vidas profissionais: o pedido de demissão coletiva de 19 de outubro de 1965.

O físico e seus colegas, ao entregar as cartas de desligamento ao reitor Laerte Ramos de Carvalho, repeliam a interferência dos militares. Salmeron teve de emigrar para a França, menos de dois anos depois de vir de Genebra, na Suíça, onde trabalhava no Centro Europeu de Pesquisa Nuclear, para lecionar na UnB a convite do antropólogo Darcy Ribeiro, seu amigo.

> *"[grupo de] negocistas, e fascistas, sinistro."*
>
> DARCY RIBEIRO, SOBRE O GRUPO IDEOLÓGICO E POLÍTICO DA DITADURA





Warwick Kerr

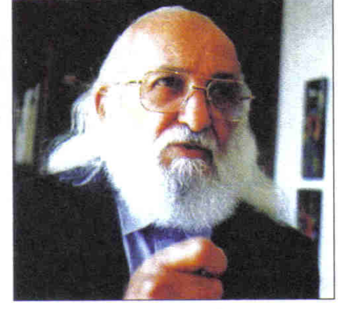
No alto, Mario Schenberg; e Warwick Kerr no desenho de Chico Caruso

GENERAL MEIRA, INTERVENTOR EM GOIÁS EM 64: NÃO SE FAZ REVOLUÇÃO SEM EXALTADOS, MAS NÃO SE GOVERNA COM ELES."



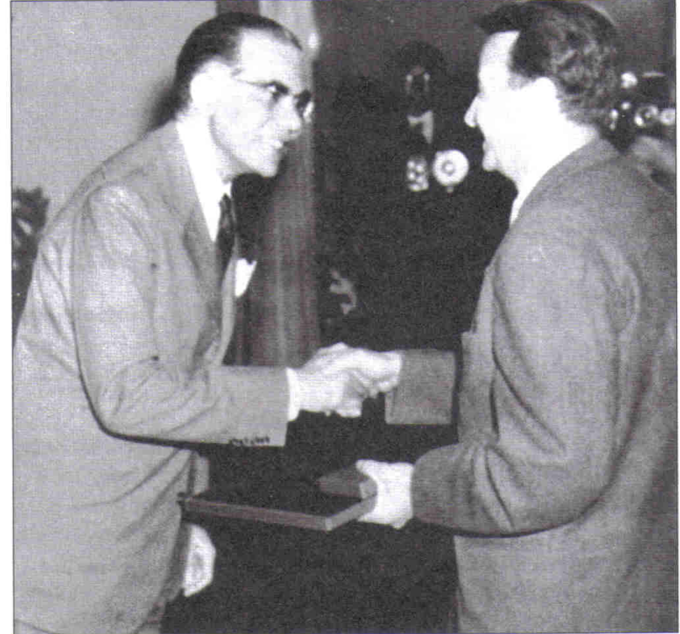












MASSACRE CULTURAL. No alto, o físico Roberto Salmeron e sua mulher Sônia, obrigados a viver na França. A seguir, Salmeron 40 anos depois recebe da UnB, de onde o expulsaram, o título de Doutor Honoris Causa. Última foto à direita: o educador Paulo Freire, que a Suécia abrigou. Acima, na foto à esquerda, Jayme Tiomno; e Leite Lopes (visto à direita na foto; à esquerda, seu colega César Lattes). Ao lado, mais um expulso, Josué de Castro, ao receber o Prêmio Internacional da Paz em 26 de junho de 1955.

"Um verdadeiro absurdo"

Darcy, o primeiro reitor, nomeado ministro da Educação e, depois, chefe da Casa Civil de Jango, deixou o cargo na UnB para o educador Anísio Teixeira. "Nessa época, a universidade progredia em todos os setores porque havia um engajamento e um comprometimento muito grandes de todos, alunos, servidores e professores", declarou Salmeron ao repórter André Augusto Castro, da UnB Agência.

Veio o golpe e, logo no dia 9 de abril de 1964, tropas do Exército e da Polícia Militar mineira invadem a universidade. Salmeron lembra com tristeza:

"Eram manobras de guerra. Chegaram se arrastando e também com ônibus e ambulâncias. Fizeram buscas em todos os escritórios tentando encontrar papéis 'subversivos' e armas. Um verdadeiro absurdo."

Na França, Sônia Salmeron, sua mulher, levou meses para desencaixotar os livros, achando que logo voltariam. Feliz naquela noite de homenagem ao marido, disse à UnB Agência:

"Foi um período muito difícil. Nem tínhamos a intenção de viver fora do país, mas não sobrou opção."

E assim, expulso pelos militares, um gênio brasileiro da física dedicou mais da metade de sua vida a outro país.

> *"Foi um período muito difícil. Nem tínhamos a intenção de viver fora do país, mas não sobrou opção."*
>
> GENERAL MORAES REGO, ASSESSOR ESPECIAL DE GEISEL NA PRESIDÊNCIA



Darcy Ribeiro por Fortuna.

CAMPUS DE BATALHA

Universidade de Brasília ia bem demais para ser verdade

Em 21 de abril de 1962, a Universidade de Brasília, UnB, é inaugurada, exatamente dois anos depois da inauguração de sua cidade-sede. Jovens vêm de todo o Brasil com a esperança de encontrar na nova capital federal melhores condições de vida, estudo e trabalho. Muitos chegam sós, sem parente algum, e encontram no campus da UnB amigos com os quais acabam formando novas famílias.

Em tempo de Revolução Cubana e Revolução Cultural na China, os jovens encontravam em Brasília clima e incentivo para lutar pela construção de um mundo mais justo. Contudo, mais dois anos se passam e já vem a ditadura militar. Estudante virou sinônimo de subversivo. A inovadora UnB se tornou reduto da "ameaça comunista" na visão dos militares. A perseguição à Universidade de Brasília resultaria em cinco invasões e uma intervenção.

Novo reitor serve "o governo"

DIA 9 DE ABRIL DE 1964, DATA DA PROMULGAÇÃO DO AI-1. MILITARES INVADEM A UNIVERSIDADE PELA PRIMEIRA VEZ. PRENDEM PROFESSORES E ALUNOS, INTERDITAM BIBLIOTECAS COM O ARGUMENTO DE QUE CONTÊM MATERIAL SUBVERSIVO. O MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, LUIZ ANTÔNIO DA GAMA E SILVA, DETERMINA A INTERVENÇÃO DA UNB. GAMA E SILVA, UM ADVOGADO ENTREGUISTA QUE NA DÉCADA DE 1950 HAVIA COMBATIDO A ELETROBRÁS, SERIA MINISTRO DA JUSTIÇA DE COSTA E SILVA E, EM 1968, ELABORARIA O ATO INSTITUCIONAL Nº 5, O AI-5, QUE DARIA À DITADURA PODERES DE VIDA E MORTE SOBRE TODOS OS CIDADÃOS BRASILEIROS.

NO DIA 13 DE ABRIL, O *DIÁRIO OFICIAL* PUBLICA DECRETO SEM NÚMERO QUE EXTINGUE OS MANDATOS DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, A FUB. DENTRE OS PUNIDOS, FIGURA O PRESIDENTE E REITOR, EDUCADOR ANÍSIO TEIXEIRA. PARA O LUGAR DE ANÍSIO, CHEGA UM INTERVENTOR, O PROFESSOR DE VETERINÁRIA ZEFERINO VAZ. EM JUNHO, VAZ É CONFIRMADO NO CARGO, MAS RENUNCIA EM 25 DE AGOSTO DE 1965. O CONSELHO DIRETOR ELEGE ENTÃO LAERTE RAMOS DE CARVALHO. NA PRIMEIRA REUNIÃO COM O CORPO DOCENTE, LAERTE DEIXA CLARO QUE ASSUMIU PARA "SERVIR AO GOVERNO".

Foi-se a criatividade

No dia 11 de outubro de 1965, a polícia ocupa mais uma vez o campus da UnB. Uma semana depois, a imprensa publica lista com quinze professores demitidos; 223 professores entregam à reitoria pedido de demissão coletiva. Enviam esse documento à imprensa e o *Correio Braziliense* o publica no dia seguinte. A esta altura, 80% da universidade estava parada. A escola cairia nas mãos de Laerte Ramos de Carvalho e de um capitão da Marinha, José Carlos de Azevedo – "um bêbado, aio da família Mesquita" e "um capitão sabe-tudo que premia e pune professores e alunos segundo seu bestunto", escreveria o criador da UnB, o antropólogo Darcy Ribeiro. Segundo Darcy, ali vinha se desenvolvendo "nossa primeira experiência avançada de renovação universitária e de criatividade cultural e científica, autônomas".



Primeira invasão da UnB. Estudante virou sinônimo de subversivo para a ditadura.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

1

Reservado

– Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo.

– Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural

"É mesmo um terror cultural", escreveu Castelo ao chefe do gabinete militar, sobre o ridículo "IPM da feijoada" (ver página ao lado).



Policial leva o professor Cláudio Almeida preso, na invasão de 1968; e Fortuna mostra na charge qual a nova função de um reitor de universidade.



Arraes, governador de Pernambuco deposto em 1964.

Feijoada subversiva

Em maio de 1965, quando o governo chamava de "terrorismo cultural" toda manifestação artística e intelectual que criticasse o regime e instaurava inquérito policial-militar a torto e a direito, aconteceu um bem original, o "IPM da Feijoada".

Ênio Silveira, dono da Editora Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro, lançava livros de esquerda. Certo dia, ofereceu uma feijoada ao ex-governador pernambucano, Miguel Arraes, cassado de primeira hora. Arraes havia ficado preso por quase um ano e acabava de ser posto em liberdade, em maio de 1965.

Dias depois da feijoada, baixou a polícia, prendeu o anfitrião, duas empregadas e o porteiro do prédio. A prisão provocou um manifesto assinado por cerca de mil pessoas ligadas à produção cultural, artistas e intelectuais, não necessariamente de esquerda.

Castelo: "É mesmo um terror"

Até o chefe do golpe de Estado e primeiro presidente do regime militar, general Castelo Branco, ficou irritado com o "IPM da Feijoada". Escreveu ao general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, uma carta que entre outras críticas dizia:

"Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. (...) Há como que uma preocupação de mostrar 'que se pode prender'. Isso nos rebaixa. (...) Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural."

Até então a Polícia Federal havia apreendido cerca de 17.000 volumes de 35 obras consideradas subversivas. Ênio Silveira ainda seria preso por duas vezes, uma delas incomunicável por 29 dias.

CAÇA AOS COMUNISTAS

Todos são culpados até que se prove o contrário

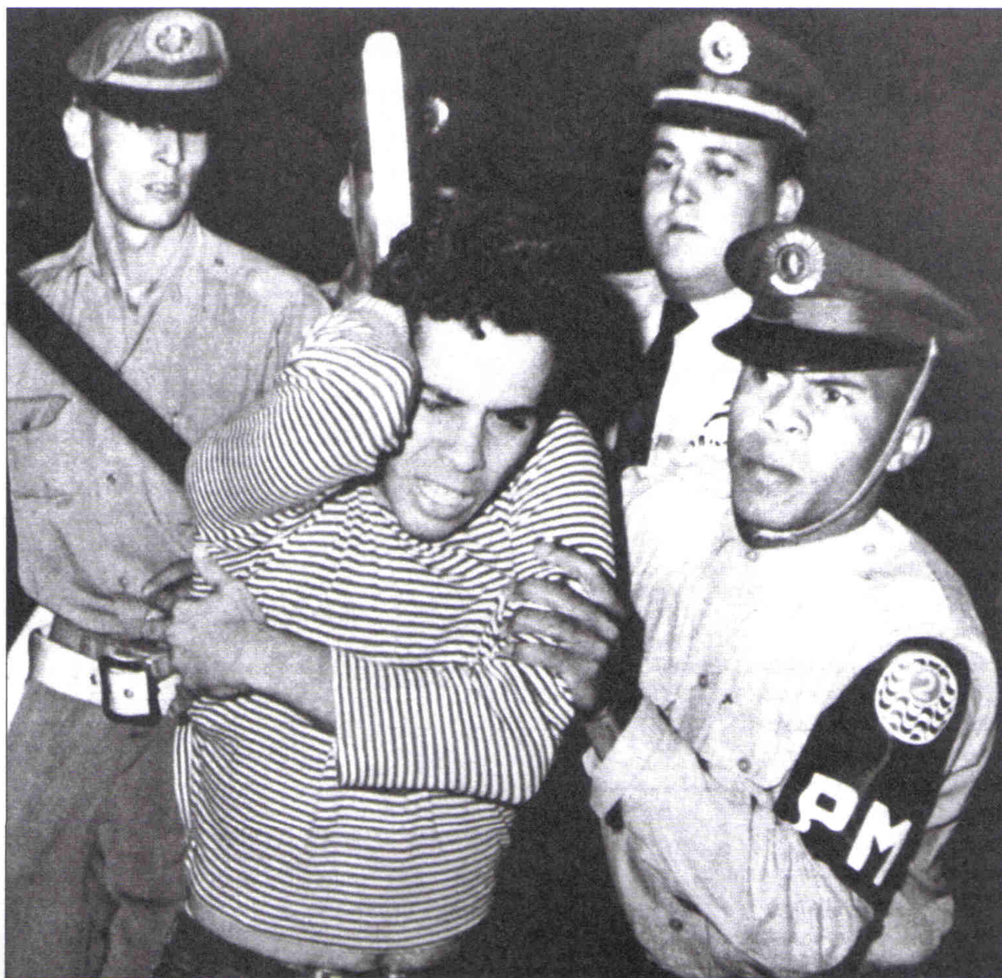
Logo após o golpe, uma ampla campanha repressiva se disseminou pelo país. "Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida a busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas", conta a historiadora Maria Helena Moreira Alves. Para as operações de "varredura com pente fino", mobilizaram-se o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

O objetivo era, segundo Maria Helena, "varrer" quem esteve ligado ao governo anterior e aos partidos políticos considerados comunistas ou de esquerda – "especialmente visados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e nos campos". Essas operações, explica a historiadora, "permitiam a detenção de qualquer pessoa que não pudesse provar sua inocência ou apresentar documentos de identificação".

Criou-se assim um clima de caça a "subversivos", no qual muita gente inocente sofreu humilhações, outros tiveram de fugir e se esconder, outros foram torturados e mortos (ver a seguir, p. 114).



Nos primeiros tempos, a repressão ainda não pegava pesado, mas todo mínimo protesto era reprimido com cacetadas e prisões, em São Paulo (foto acima e na página ao lado) como no Rio (abaixo).



Plantação de livros

A ex-vereadora e deputada estadual Elza Correia, filha do líder comunista Manuel Jacinto, tinha 17 anos em 1º de abril de 1964 e morava em Londrina, norte do Paraná. Em depoimento de maio de 1999, relembrou a visita que a família recebeu logo após o golpe. Seu pai "tentou escapulir pelo fundo, mas não deu tempo, levaram ele de pijama". Além do pai, procuravam livros como provas da "subversão".

"Essa casa era simples", conta Elza, "não havia lugar para os livros, estavam numas caixas. Reviraram tudo, levaram as caixas. No meio tinha literatura infantil. Na relação, eles botavam tudo 'subversivo'. Sociologia, antropologia, tudo quanto era 'gia' era subversivo. Também enterrávamos, naquelas latas de 20 litros. À noite, minha avó com a lanterna, a gente cavava, botava tampa na lata, amarrava com plástico, botava um vaso de planta em cima. Alguns a gente perdia por causa da umidade. Mas a gente falava que tinha uma plantação de livros no quintal."

Separaram o trigo do joio

Expurgo, eis o recurso empregado para garantir, no meio militar, a predominância dos pontos de vista dos novos detentores do poder. Durante o primeiro ano, os expurgos dentro das Forças Armadas cumpriram dupla função: afastar os militares ligados ao governo deposto e estabelecer a predominância da Escola Superior de Guerra entre os oficiais com poder de influência ou comando sobre tropas. Em 1964, houve 1.200 expurgos; 500 só no Exército.

Além disso, quando um militar sofria punição por Ato Institucional, era declarado "morto". O que significava, segundo Maria Helena Moreira Alves, que "**perdia automaticamente todas as vantagens** adquiridas ao longo da carreira – pensões, aposentadorias, soldos de promoção, salários de saúde e família etc. A mulher de um militar 'morto' passaria a receber como 'viúva', capacitando-se às vantagens normalmente concedidas a viúvas com filhos. Havia, com isso, considerável perda na renda, pois a pensão de uma viúva é muito menor que o soldo de um oficial de carreira".

Outra conseqüência era que, uma vez afastado de sua função, o militar enfrentava muita dificuldade em encontrar outra ocupação como civil.

MILITAR PUNIDO ERA DECLARADO "MORTO" E A MULHER RECEBIA PENSÃO COMO "VIÚVA".



O prende e solta

Estima-se que a Força Pública (depois PM), a Polícia Civil e os militares das três armas prenderam cerca de 50.000 pessoas em todo o país, nos primeiros meses após a queda de Jango.

O governo militar agia à margem do sistema legal. Como recurso de intimidação, seus agentes faziam detenções temporárias, muitas vezes com espancamentos ou tratamento violento durante algumas horas e, antes que pedidos de *habeas corpus* fossem apresentados, liberavam os presos. Passado algum tempo, repetia-se tudo outra vez.



Revista *O Cruzeiro* flagra deputados sob o impacto da notícia das cassações e, na página ao lado, o general Sizeno lendo o Ato Institucional na presença dos ministros e chefes militares.



PRIMEIROS ATOS

Os golpistas se esforçam para legalizar a ilegalidade

A preocupação com a legitimidade foi uma das características centrais do estado de coisas pós-64. Os golpistas pareciam tomados do complexo de culpa, pela afrontosa ilegalidade que praticaram.

Assim, em 9 de abril de 1964 sai o Ato Institucional, editado pelo Comando Supremo da Revolução – composto por representantes das três armas: general Arthur da Costa e Silva, almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e brigadeiro Francisco Correia de Melo.

Era o primeiro Ato de longa série – dezessete. Traduzia a necessidade de institucionalizar o governo em formação. Os signatários do Ato explicaram "À Nação":

"O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil."

Ao chamar de "revolução" a ação golpista que depôs o presidente João Goulart, os militares tentam mascarar o caráter autoritário do regime em gestação. Contudo, o próprio texto do Ato Institucional denuncia este autoritarismo ao afirmar que o Executivo "resolve" manter a Constituição e o Congresso Nacional, e limitando decisivamente seus poderes. Mais que isso, o Ato cria nova situação jurídica no país, com medidas para controlar o Judiciário e com a suspensão temporária dos direitos individuais, lançando as bases dos inquéritos policiais militares.

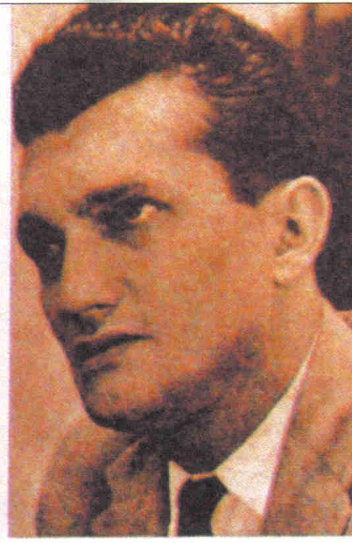
O Ato incluía uma lista de cem nomes dos primeiros cassados em seus mandatos e em seus direitos políticos – suspensos por dez anos. O ex-presidente Goulart era o segundo nome da lista; e o primeiro, o líder comunista Luiz Carlos Prestes. Brizola, o décimo. Samuel Wainer, fundador e dono do jornal *Última Hora*, o décimo-sexto. Ali figuravam altos membros da intelectualidade brasileira, como o economista Celso Furtado e o médico, professor, geógrafo e sociólogo Josué de Castro. Mas a imensa maioria eram mesmo líderes sindicais e políticos de esquerda.




Ultima Hora
2ª edição
Volkswagen Vai Investir Mais Cr$ 20 Bilhões
COTAÇÃO DO DOLAR
Comando Revolucionario Cassou os Direitos de Jango, Janio e Prestes
Londres-66 É a Meta De Gilmar
POLICIA ACABOU COM BACANAL DE MENORES


Sr. Jurema. Sem direitos e asilado.


Sr. Eloy Dutra deseja ir a Montevidéu.


Sr. Celso Furtado também sem direitos.


Sr. Brizola, desaparecido

CASO MÃOS AMARRADAS

Torturaram sargento por cinco meses e o afogaram no rio

A história do sargento Manoel Raimundo Soares é triste exemplo das perseguições de primeira hora. Também é o primeiro caso de tortura e morte de grande repercussão.

Paraense nascido em Belém, tinha 17 anos quando foi morar no Rio de Janeiro. Entrou no Exército e, em menos de um ano, já era terceiro-sargento. Defendeu as reformas de base durante o governo João Goulart e, acusado em 1963 de desvio de armas e cooptação de sargentos, foi transferido para Mato Grosso.

Logo após a deflagração do golpe, os militares decretaram sua prisão, mas Manoel Raimundo fugiu e passou a viver na clandestinidade, sempre envolvido com a militância política e a luta pela redemocratização do país. Escondido, voltou ao Rio e de lá seguiu para Porto Alegre. Mas o serviço secreto do Exército já seguia suas pegadas. Em março de 1966, Manoel Raimundo cai numa emboscada da Polícia do Exército. Em agosto estaria morto. Tinha 30 anos.

> *"Aqui estou sem sapatos, sem roupas de frio."*
>
> RAIMUNDO, CARTA À MULHER ENVIADA DA PRISÃO EM PORTO ALEGRE, ONDE COSTUMA FAZER ZERO GRAU NO INVERNO.



Mãos Amarradas

Raimundo numa foto da Identidade

mado por distúrbios mentais. Trechos da denúncia:

— ...o ora denunciado dr. Cláudio Schuch, numa atitude de visível e palpável inconformismo político-social, temperamento de um faccionismo de igual gênero, de hostilidade às instituições na-

...e voltar ...la.

Zero grau sem roupa

A partir de março de 1966, Manoel Raimundo esteve preso na ilha do Presídio, antiga ilha das Pedras, no estuário do rio Guaíba. As cartas que escreveu no cárcere e conseguiram chegar a sua mulher Maria Elisabeth Challup Soares, no Rio, graças a um companheiro de prisão, dão conta das torturas que sofreu:

"...em meu corpo ficaram gravadas algumas das medalhas com que me agraciaram. Aqui estou sem sapatos, sem roupas de frio, sem cobertas, usando unicamente uma camisa de *nylon* e uma calça de lã preta."

A temperatura em Porto Alegre nessa época do ano baixa a zero grau inúmeras vezes.

Painel da exposição 20 Casos Exemplares, de Mylton Severiano e Amancio Chiodi, montada em 1995 em São Paulo, Londrina e Porto Alegre.

Justiça quarenta anos depois

Na mesma carta, de 2 de maio de 1966, o sargento Raimundo Soares instruía Maria Elizabeth a obter um *habeas corpus* para salvá-lo do suplício:

"Não sei bem, mas creio que estou preso à disposição do III Exército. Por isto só um *habeas corpus* do Superior Tribunal Militar poderá libertar-me. (...) Procure o Dr. Sobral Pinto, à rua Debert nº 39 (é no centro) e providencie com ele um pedido de junto ao STM".

Em três oportunidades Elisabeth entrou com pedidos de habeas corpus, mas os dois primeiros foram negados sob a alegação de que o sargento não estava preso. O terceiro não chegou a ser julgado: Raimundo já estava morto.

Encontraram o corpo no dia 24 de agosto de 1966, com as mãos amarradas para trás, boiando no rio Jacuí, afluente do Guaíba.

Em 1973, a viúva entrou com ação contra a União requerendo pensão e ressarcimento das despesas do funeral e indenização por danos materiais e morais. A primeira sentença proferida em dezembro de 2000 acatou o pedido de Elisabeth. Mas a União recorreu da decisão.

Só em 2005 uma segunda decisão garantiu também a Elizabeth o direito à pensão vitalícia, retroativa a agosto de 1966, com base na remuneração integral referente ao último posto do marido.

GENERAL COELHO NETO, LINHA-DURA: *NUNCA HOUVE TORTURA. NEM PRECISA. COM UM INTERROGATÓRIO INTELIGENTE, BEM FEITO, O SUJEITO FALA.*

O PREFEITO POPULAR ESCOLHEU A DIGNIDADE

Ofereceram a Djalma Maranhão: ou renuncia, ou vai preso

Noite de 31 de março de 1964. Cidade de Natal, capital potiguar. No arrastão nacional de caça aos "subversivos", a patrulha do Exército invade a prefeitura, um oficial abre a porta do gabinete a pontapé e grita:

"Acabou a baderna! Pra fora, comunistas filhos da puta!"

Ele expulsa funcionários e prende o prefeito Djalma Maranhão, o vice Luis Gonzaga dos Santos e o presidente do Sindicato de Construção Civil, Evlin Medeiros.



Djalma Maranhão discursa, antes da prisão.

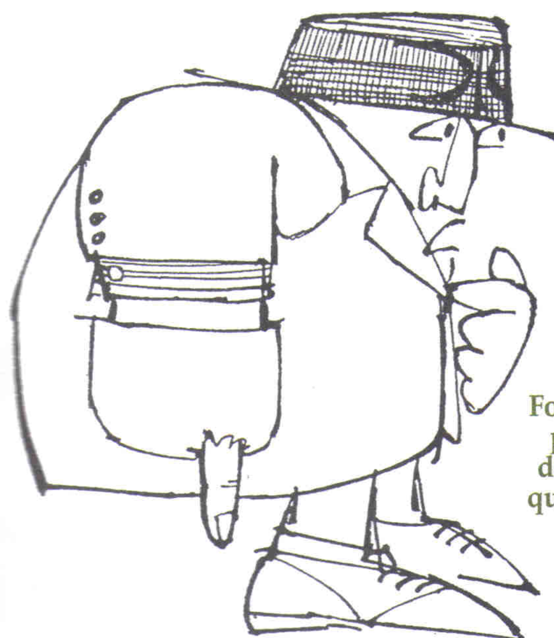
Nunca mais veria o Brasil

Naquela tarde, ao saber da movimentação de tropas em Minas, Djalma havia conclamado o povo, em notas oficiais, a resistir ao golpe. Contudo, as autoridades militares e o governador golpista Aluízio Alves estavam preparados, até para usar a força. Os militares advertiram o povo de que estavam proibidas aglomerações, passeatas, comícios e toda "perturbação da ordem pública".

Djalma Maranhão era querido, governava "com" o povo – seu "crime". Apoiava a reforma agrária e demais reformas de base de Goulart e dava prioridade para a educação. Ao ser preso, o coronel Mendonça Lima, comandante da guarnição de Natal, ofereceu-lhe a liberdade em troca de sua renúncia.

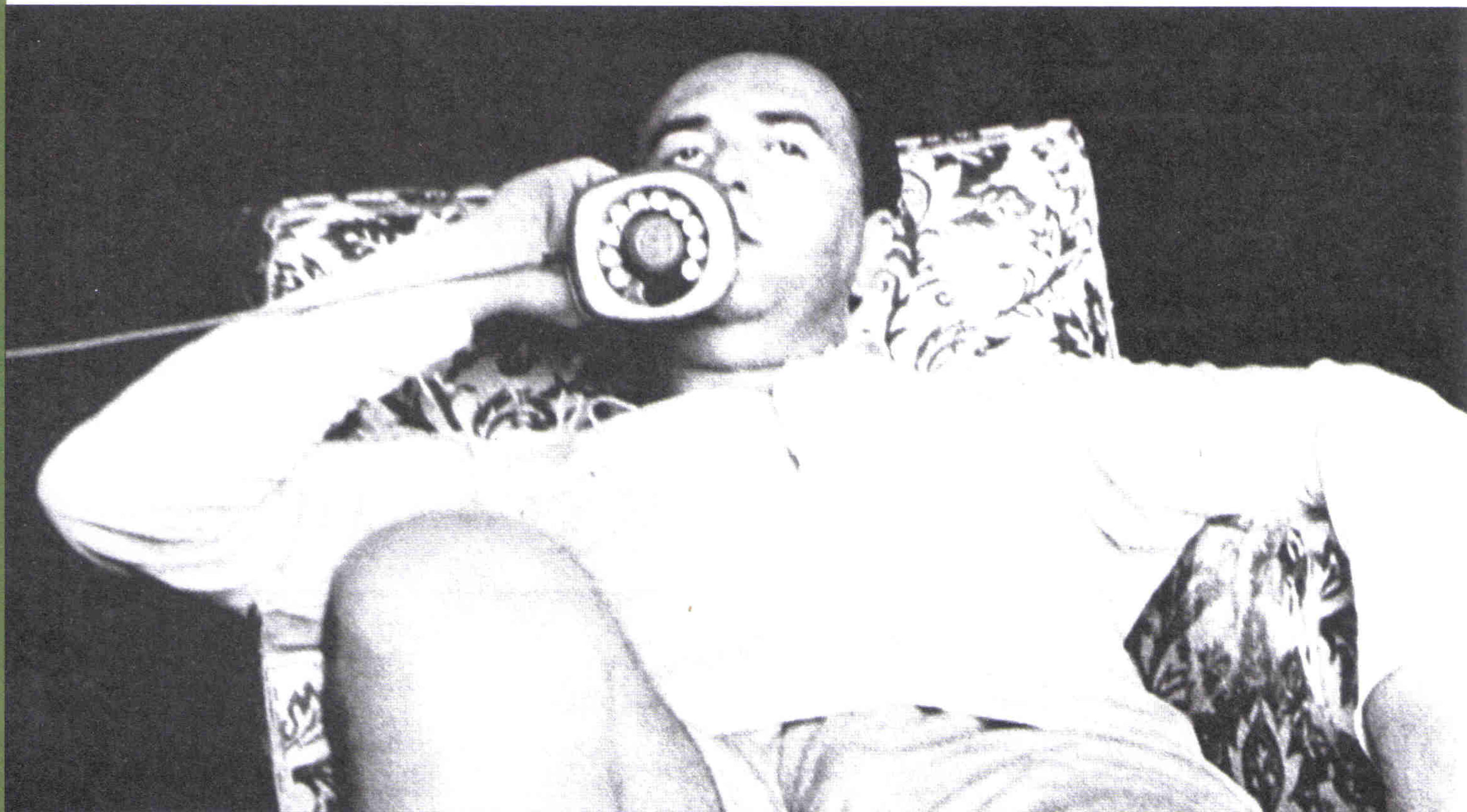
"Recusei em nome de minha honra e do respeito ao povo que me conferira o mandato por mim desempenhado", disse Djalma em uma de suas cartas, escrita já no exílio.

Passou pelas **prisões de Natal, Recife e Fernando de Noronha**. Em dezembro de 1964, libertado graças a *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, pede asilo ao Uruguai. Morreu em Montevidéu, em 30 de julho de 1971, aos 56 anos, sem nunca ter voltado ao Brasil.



Charge de Fortuna flagra personagem do fenômeno que Stanislaw Ponte Preta chamou de dedurismo.

— *Dedo duro? Eu?*



Sérgio Porto, celebrizado sob o pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, em sua casa no Rio.

FEBEAPÁ

Com a ditadura, um festival de besteira assola o país

A série de crônicas de Stanislaw Ponte Preta que ridicularizam a ditadura já é engraçada a começar pelo nome que ele criou, gostoso de pronunciar, com sonoridade de insulto leve: Febeapá, sigla de Festival de Besteira que Assola o País. Os mais de 200 textos, em geral publicados no jornal *Última Hora*, cobrem do início da ditadura até 1968, quando morre o carioca Sérgio Porto – este o nome, por trás do pseudônimo famoso.

Febeapá mirava na mediocridade, manifesta em situações como a do estudante de engenharia preso com livro "subversivo" que tratava de bombas – eram bombas hidráulicas. Ou a obraprima de Machado de Assis - *Memórias Póstumas de Brás Cubas* apreendida – Cubas? Um romance comunista?

Ponte Preta usa, como fonte da maioria das histórias, jornais e revistas de todos os cantos do país que ele lia e recortava compulsivamente. É besteira a dar com pau: decretos inúteis ou ininteligíveis, religiosos moralistas, militares bobos, gente preconceituosa. Um jornalista de Benfica de Minas escreve:"Somos contrários na participação de empregados nos lucros das empresas, porque isso parece significar um movimento comunista. Então o patrão arrisca seu capital em determinado negócio, sujeito portanto a perdê-lo, e o empregado irá embolsar parte de seus ganhos?"

"O senhor compreende?"

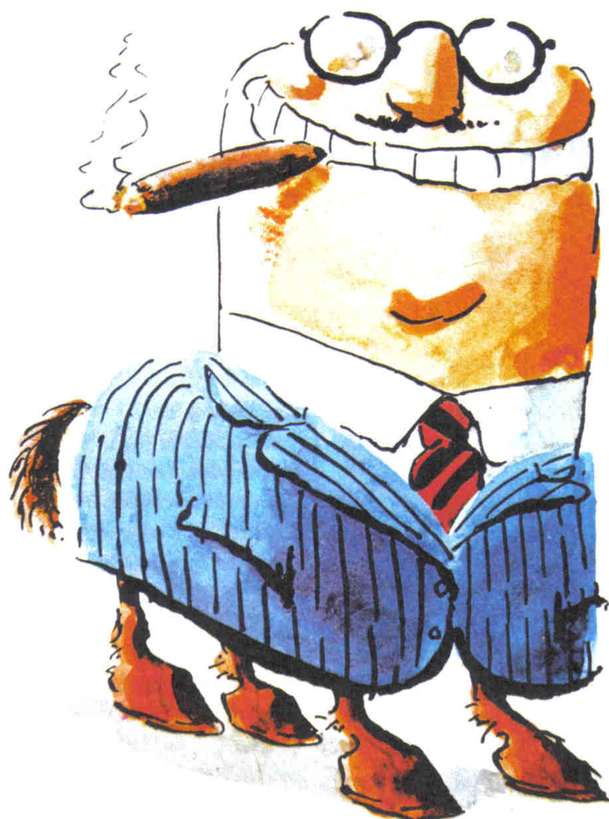
Todas as três edições do Febeapá abrem com seqüência de pequenos textos que relatam, mês a mês, os absurdos do ano anterior. O ataque à ditadura – ou "redentora", como zombava ele – é mais direto e reconhecemos fatos, datas, nomes. Figurões como Antônio Carlos Magalhães e Castelo Branco motivam chacotas, além de outros tantos militares e políticos, padres, funcionários públicos, delegados, juízes, o aparato institucional.

Após esse calendário de contra-sensos, surgem as crônicas, textos de maior fôlego literário, menos referenciais, mas perscrutando o ambiente social, cutucando indiretamente a ditadura – ou, como ele também cunhou, a democradura. Numa história, o pai quer registrar o filho como General Lopes: "O senhor compreende, eu sou pobre, ele também será. Quem sabe, quando ele crescer, os outros chamando ele de General, talvez, não sei... Talvez ele consiga ser mais do que eu fui... o senhor compreende?"

Destacam-se ainda textos sobre televisão, a "máquina de fazer doido". Pena que o fôlego do autor acabou cedo, dois meses e meio antes do AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968. Pena para nós, mas quem sabe sorte dele.



Ilustração de Carlos Estêvão para crônica de Ponte Preta



Alguns trechos hilários

Vá ser feio assim lá no Planalto

"O Batalha era um garoto legal, e só depois que foi crescendo é que foi ficando feio. Ao atingir a puberdade, o Batalha já era tão feio que – francamente – eu estava vendo a hora que ele ia acabar presidente da República."

(Na crônica O Paquera, Stanislaw usa a feiúra do primeiro general presidente, Castelo Branco, para, sutil e indiretamente, zombar da ditadura.)

Defeito olfativo

"Correu o mês de maio [1966] mais ou menos tranqüilo, embora o coronel Costa Cavalcanti, deputado pernambucano e líder da tal linha dura, afirmasse que a candidatura Costa e Silva 'cheirava a povo', mostrando um defeito olfativo impressionante."

Subversão em inglês

"Em João Pessoa, no dia 17 de agosto de 1965, era presa, quando almoçava num restaurante local, dona Eunice Lemos Jekiel, paraibana mas que vivera vinte e dois anos nos Estados Unidos e esquecera o português. Para soltá-la, houve o empenho do próprio governador Pedro Gondim. Motivo da prisão: ela estava falando inglês em público e, portanto, talvez fosse comunista."



Acima, edição do *Febeapá 1*, sem data, do Círculo do Livro, com capa do chargista paulista Alcy.
Ao lado, mais recente edição com os três *Febeapás*, editora Agir, 2006.

Coisas da "redentora"

É difícil ao historiador precisar o dia em que o Festival de Besteira começou a assolar o país. Pouco depois da "redentora", cocorocas de diversas classes sociais e algumas autoridades que geralmente se dizem "otoridades", sentindo a oportunidade de aparecer, já que a "redentora", entre outras coisas, incentivou a política do dedurismo (corruptela do dedo-durismo, isto é, a arte de apontar com o dedo um colega, um vizinho, o próximo enfim, como corrupto ou subversivo – alguns apontavam dois dedos duros, para ambas as coisas), iniciaram essa feia prática, advindo daí cada besteira que eu vou te contar. *Primeiro parágrafo do prefácio ao Febeapá 1, de Ponte Preta*

LIGAS CAMPONESAS

Em memória de Biu, Zé, Pedro, Sinhá Maria...

VANDECK SANTIAGO - ESPECIAL PARA ESTA COLEÇÃO

Vitoriosos, os golpistas e seus braços armados caíram matando em cima das Ligas Camponesas, precursoras do MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Quando veio o golpe militar de 1964, os membros das Ligas Camponesas tornaram-se os alvos preferenciais da repressão no Nordeste. Os militares puseram a entidade imediatamente na ilegalidade; seus líderes foram presos; e seus integrantes, caçados impiedosamente.

Mariano, do engenho Piaculuçu, Zona da Mata pernambucana, foi amarrado a um jipe e obrigado a andar seminu pelas ruas da cidade. João Severino, arrastado por dentro do engenho Serra, amarrado pelos testículos. Outros, mortos a tiros no próprio local de moradia: Biu, de Goiana; Jerônimo, de Amaraji; Sinhá Maria, de Abreu e Lima; Mendes, de Paudalho...

Independente de sua ação (uma fração do movimento já havia até tentado, sem sucesso, implantar uma guerrilha no Brasil, nos campos de Goiás), as Ligas eram por natureza radicais. Uma coisa era um sindicato urbano fazer greve por melhores condições de trabalho, manifestação mais ou menos aceita como parte do sistema; outra, muito diferente, era reivindicar reforma agrária "na lei ou na marra" – ação que trazia em si o germe do confronto direto entre proprietários, ou o Estado, e despossuídos. E arrastava contra o movimento o ódio mortal dos coronéis. Nos comícios, os camponeses cantavam:

Camponês sem terra
operário sem pão
panela vazia
tambor de revolução

Ou ainda:

Julião, Julião,
queremos revolução
Só se faz reforma agrária
pela boca do canhão



Ganharam no máximo uma nota do pé de página

Assim como toda a esquerda brasileira, as Ligas não estavam preparadas para o golpe. Não tinham canhão, não tinham tambor – e do outro lado, rugindo contra os camponeses, estavam séculos de dominação e violência.

Consolidado o golpe, a partir de 1º de abril capangas dos proprietários iniciaram a perseguição. Houve mortes e violência generalizada, conforme relato de historiadores e perseguidos políticos, como Paulo Cavalcanti, autor do livro **O Caso Eu Conto Como o Caso Foi** (um dos que relata os casos aqui descritos); e Darcy Ribeiro.

Isolados no meio do mato, sem acesso à imprensa ou a entidades da sociedade civil, os camponeses são as vítimas anônimas do golpe – não tiveram sequer o direito de ficar para a história com o nome completo: são dezenas de Bius, Zés, Pedros, Marias, lembrados vagamente na memória de um e de outro.

Nas cidades, as lideranças políticas e sindicais possuíam um mínimo de condições de tentar escapar da repressão: apartamento de amigos, instalações religiosas, consulados e embaixadas. No campo, vigorava o caos completo. Os camponeses não sabiam o que fazer nem para onde ir. Foram esconder-se no mato. A experiência com a violência a que durante séculos estiveram sujeitos os levava a não responder quando grupos de pessoas passavam perto, gritando:

"Zé! Ô Zé! Acabou tudo, volta pra casa, hômi!"

Há relatos de camponeses que, após semanas escondidos no mato, fizeram a única coisa que lhes parecia lógica: entregar-se ao Exército. Um caso raro na história em que a vítima, inocentemente, decide bater à porta do algoz.

Todos os líderes camponeses das Ligas, como Zezé da Galiléia e João Virgínio da Silva, estão mortos. Cumpriram pena, foram libertados, morreram anonimamente, ganharam no máximo uma nota de pé de página nos jornais.



Manifestação das Ligas, no alto; ao lado, grito da terra de camponeses gaúchos. Depois do golpe, eles sairiam de cena.

O QUE O CAMPONÊS DO NORDESTE GANHAVA POR DIA NOS IDOS DE 1960 NÃO DAVA PARA COMPRAR UM LITRO DE FARINHA.



BECO SEM SAÍDA

Julião morreu pobre, auto-exilado em Tepoztlán, México

O principal líder das Ligas, deputado federal Francisco Julião, estava em Brasília quando o golpe estourou. A decisão que tomou foi coerente com a natureza radical das Ligas: não buscou asilo em embaixadas nem partiu para o exílio. Lançou manifesto convocando a resistência ao golpe (publicado em *La Marcha*, do Uruguai). E, disfarçado de camponês e pastor protestante, embrenhou-se na zona rural de Minas Gerais e Goiás, na tentativa de organizar a resistência.

Foi preso em 3 de julho de 1964, delatado por um pernambucano (aliados de Julião quiseram, mais tarde, matar o delator; Julião impediu). Partiu para o exílio no México em 1965, depois de libertado por habeas corpus. Voltou em 1979, com a anistia. Entrou no PDT, Partido Democrático Trabalhista, fundado por Leonel Brizola. Candidatou-se a deputado federal em 1986. Perdeu. Voltou ao México. Morreu aos 84 anos, em 10 de julho de 1999. Pobre, vivendo num "puxadinho", auto-exilado na cidadezinha mexicana de Tepoztlán.

Na trajetória das Ligas e de Julião há muito mais da tragédia latino-americana do que imagina a nossa vã história oficial.



Vandeck Santiago é autor de *Vida, Paixão e Morte de um Agitador* (2001) e de *Julião, as Ligas e o Golpe de 64* (2004)

Julião, agitador literato, teve um livro de contos prefaciado por Gilberto Freyre, o autor de *Casa Grande & Senzala*

ESTATUTO DA TERRA

A reforma agrária que ficou no papel

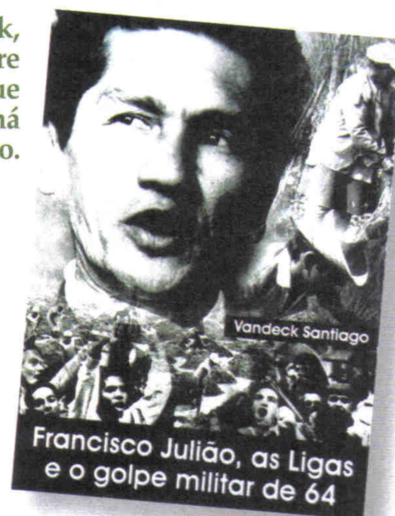
Depois de dizimar as Ligas Camponesas, o recém-instalado governo militar faz que vai mas não vai fazer reforma agrária.

As lutas dos camponeses, que se organizavam desde a década de 1950, assumiam proporções de conflagração, ecoando os feitos da recente revolução cubana e a implantação de reformas agrárias no México e na Bolívia. O golpe de 1964 respondeu rápido a esses "perigos". Em 30 de novembro de 1964, Castelo Branco instituía o Estatuto da Terra, primeira proposta do gênero na história do Brasil.

O Estatuto da Terra introduziu novos conceitos para determinar os diversos modelos de propriedade de terra e definiu como "módulo rural" o tamanho de área mínima de terra para as necessidades e o desenvolvimento econômico e social de uma família, conforme cada região. Também abria a possibilidade de desapropriação contra pagamentos da dívida pública.

O instrumento poderia impulsionar uma reforma agrária, mas ficou no papel. Os governos militares promoveriam, ao contrário, uma constante modernização do latifúndio, por meio do crédito rural farto e barato. O estímulo à soja – para exportação – levou à incorporação das pequenas propriedades pelas médias e grandes. O mercado rural perdeu importância e a concentração de terras e renda cresceu ainda mais.

O livro de Vandeck, uma reportagem sobre o movimento que agitou o Nordeste há meio século.



Nas décadas seguintes, os movimentos rurais usariam o mesmo Estatuto como base legal na luta pela reforma agrária.



Golbery tinha coletado 100.000 fichas com informações sobre lideranças de todo o país.

SNI

O monstro que se devorou a si mesmo

O órgão criado pelo general Golbery nasceu para manter sob controle o pensamento em todos os setores da vida nacional. Seus agentes acabaram espionando colegas e o próprio governo.

"Criei um monstro", diria em 1981 o general Golbery do Couto e Silva sobre o Serviço Nacional de Informações, o SNI, que ele criou, chefiou e transformou num dos símbolos maiores da ditadura. O Brasil, em 1981, sofria o impacto de um **atentado a bomba frustrado,** cujos autores obedeciam a funcionários graduados do SNI – polícia política comparável à SS de Hitler ou à KGB soviética (o atentado, que aceleraria a derrocada da ditadura, vamos abordar no último fascículo desta série, Governo Figueiredo).

O SNI, criado em 13 de junho de 1964, tinha por finalidade "superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional". Começava com inestimável acervo: cerca de 3.000 dossiês e 100.000 fichas com informações sobre as principais lideranças políticas, sindicais e empresariais do país, coletadas pelo próprio Golbery quando dirigia o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, Ipes, centro irradiador das atividades golpistas que derrubaram Goulart (veja p. 58/59, fascículo 2).

Cachorros e secretas

O SNI podia manter em segredo sua organização, seus efetivos e seu funcionamento. Espalhava tentáculos por toda parte. O chefe, com status de ministro, dispunha de imenso poder, podia investigar todo brasileiro ou estrangeiro a partir da mínima suspeita. Algumas funções do "polvo" de milhares de olhos:

Agência central
- Processava informações vindas de uma rede de escritórios e agentes regionais; e as repassava aos órgãos de repressão.

Secretaria administrativa
- Tocava a burocracia, folha de pagamento etc.

Secretaria política
- Espionava partidos, parlamentares e suas famílias. Acabaria chegando ao cúmulo de vigiar os próprios agentes secretos e agentes de carreira contra possíveis traições.

Secretaria econômica
- Vigiava transações de empresas privadas e bancos, operações comerciais dentro e fora do país, governamentais ou não.

Secretaria ideológica
- Com agentes infiltrados, acompanhava a subversão e os subversivos, doutrinava colaboradores, arrebanhava voluntários em troca de favores; espionava partidos clandestinos e todos os opositores.

Secretaria psicossocial
- Ativíssima: vigiava igrejas, em especial a católica; inseria propaganda institucional nos meios de comunicação; criava sistemas de manipulação das massas veiculando informações falsas e contra-informação, para causar pânico e desconfiança em subversivos infiltrados na máquina ditatorial; realizava sabotagens; provocava cisão entre o "inimigo interno".

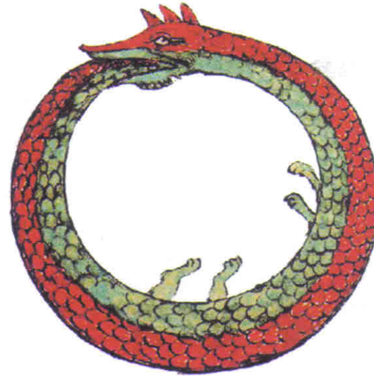
Agentes
– Havia milhares, divididos em **cachorros** e **secretas**. Cachorro: voluntário, à espera de algum favorecimento; muitos eram funcionários que obtinham cargos de confiança em troca de informações extraídas dos colegas. Secreta: remunerado e treinado, infiltrava-se nos mais diversos setores públicos e privados. Escolas, estatais, sindicatos, empreiteiras – não havia lugar em que você estivesse a salvo de secretas e cachorros.

GENERAL ENIO PINHEIRO, QUE FOI DO SNI: *GOLBERY NÃO SABIA COISA ALGUMA DE GEOPOLÍTICA E SEU PORTUGUÊS ERA PÉSSIMO.*





Figueiredo, braço direito de Golbery no SNI, era oficial da Cavalaria.



O uróboro, serpente ou dragão que se autodevora, é símbolo da autodestruição que se pode aplicar ao "monstro" criado por Golbery.

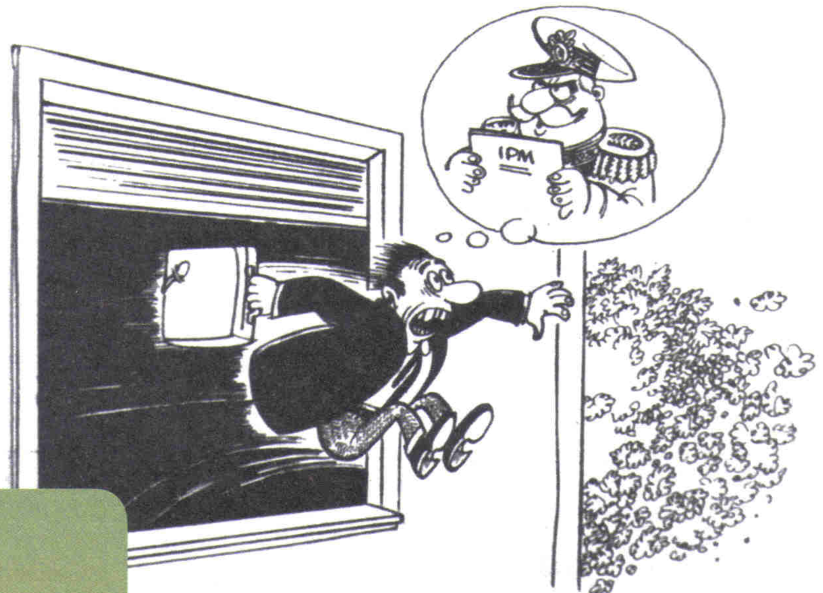
Vigiando o próprio governo

Havia também as Assessorias de Segurança e Informações, ASIs, montadas em entidades ligadas aos ministérios, instituições tão distintas como Banco do Brasil, Fundação Oswaldo Cruz, Companhia Vale do Rio Doce, Fundação Getúlio Vargas ou Biblioteca Nacional. Agentes vigiavam os funcionários e até mesmo dirigentes e empregados de empresas privadas de interesse do Estado.

Os melhores alunos da Escola Nacional de Informações, EsNI, criada em 1971, eram enviados aos Estados Unidos ou Panamá, onde cursavam a Escola das Américas mantida pela CIA – chamada pelos adversários de Escola de Ditadores ou Escola de Assassinos.

"Oficial de cavalaria ou é um cavalheiro ou um cavalo, ou seja, um gentleman ou um grosso."

GENERAL OCTÁVIO COSTA, SOBRE A INTENCIONAL "GROSSURA" DE FIGUEIREDO



Carlos Estevão, na revista *O Cruzeiro*, interpreta o medo que se instalou com os IPMs.

MEDO PERMANENTE

Os Inquéritos Policiais Militares, os assustadores IPMs

NO DIA 27 DE ABRIL DE 1964, CASTELO BRANCO ASSINOU O DECRETO-LEI QUE INSTITUIU OS INQUÉRITOS POLICIAIS MILITARES. CRIOU TAMBÉM A COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES, SOB A CHEFIA DO MARECHAL ESTEVÃO TAURINO DE RESENDE. E COMISSÕES ESPECIAIS DE INQUÉRITO EM TODOS OS NÍVEIS E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS. A DITADURA BUSCAVA A "SEGURANÇA ABSOLUTA" E A TOTAL ELIMINAÇÃO DO "INIMIGO INTERNO", COMO VEREMOS.

IPM À SOLTA

Castelo abre caminho para a "operação limpeza"

Por meio dos IPMs – os Inquéritos Policiais Militares instituídos por Castelo já no primeiro mês da ditadura – criou-se "um mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do 'inimigo interno', como primeiro passo", explica a historiadora Maria Helena Moreira Alves. Isso ocorria através da investigação das "atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos com atividades 'subversivas'."

O mecanismo não tardou a virar fonte de poder para os coronéis que chefiavam as investigações, pois os IPMs não possuíam fundamentação jurídica alguma, nem mesmo regras fixas.

A forma como os coronéis os conduziam gerava tensão entre a estrutura legal tradicional e a estrutura paralela "revolucionária". E abria caminho para a "operação limpeza", a fim de afastar dos cargos eletivos e do serviço público os partidários de Goulart, assim como esvaziar, silenciar e até extinguir movimentos sociais que apoiavam o governo deposto – a União Nacional dos Estudantes, UNE, o Comando Geral dos Trabalhadores, CGT, e outros.

Caíram em cima dos estudantes e dos trabalhadores

Segundo a estudiosa norte-americana Martha Huggins, "o objetivo final da 'limpeza' era previsível desde o início. Em 2 de abril de 1964 (...) três governadores estaduais favoráveis a Goulart foram depostos e detidos (...), quase dez mil funcionários públicos foram demitidos de seus cargos, 122 oficiais das Forças Armadas foram obrigados a reformar-se, e 378 líderes políticos e intelectuais foram despojados de seus direitos civis pela cassação, que os impedia de votar e serem votados durante dez anos".

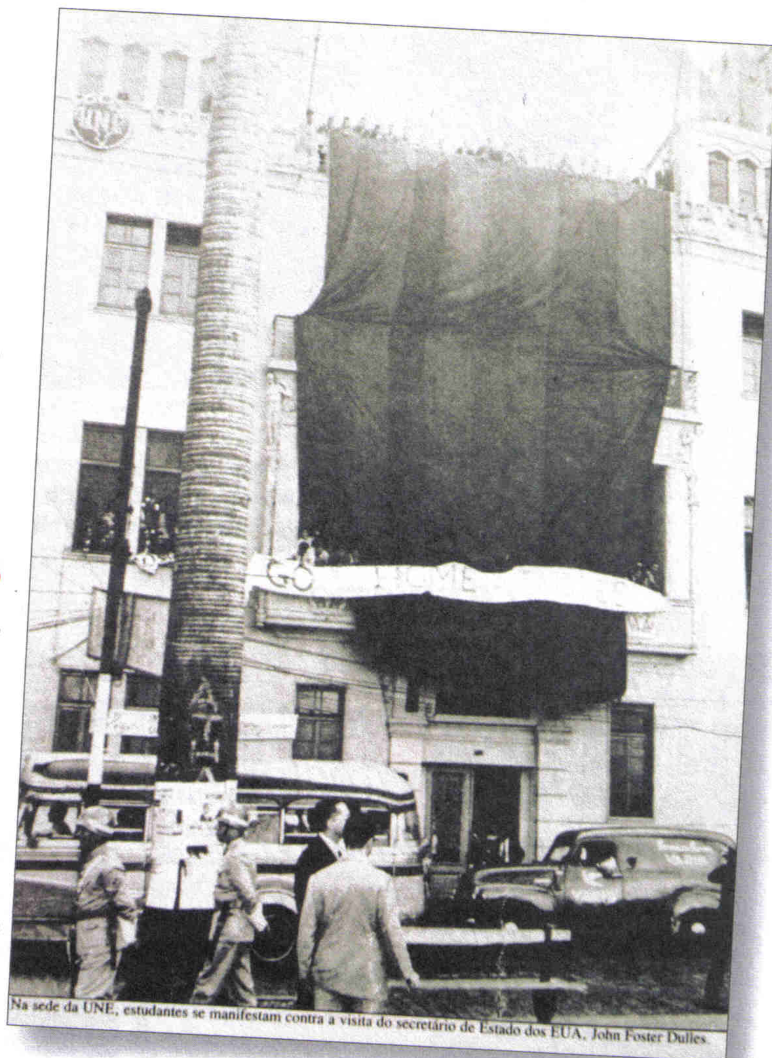
A UNE, cuja sede no Rio foi invadida por tropas e incendiada no mesmo dia do golpe, em 1º de abril, o governo militar extinguiu oficialmente. E criou outra estrutura estudantil controlada pelo Ministério da Educação, sob orientação de Flávio Suplicy de Lacerda. Seu ex-presidente Jean Marc Von der Weid lembra que a entidade organizou clandestinamente um referendo nacional, para saber se os estudantes apoiavam a nova ordem ou uma UNE ilegal:

"Aproximadamente 98% dos estudantes votaram pelo apoio à organização ilegal."

Para controlar os sindicatos, bastou ao governo militar recorrer à legislação, herança do Estado Novo. As normas permitiam ao Ministério do Trabalho intervir e afastar seus dirigentes e nomear outros, sem possibilidade de recurso. O ministério ainda podia anular eleições e vetar candidaturas. Organizações intersindicais paralelas e independentes, como o CGT, o governo extinguiu por decreto.

"Nós os chamávamos melancias, pois eram verdes por fora e vermelhos por dentro."

GENERAL FIÚZA DE CASTRO, DO APARELHO DE REPRESSÃO, SOBRE OS MILITARES FIÉIS A JANGO



Na sede da UNE, estudantes se manifestam contra a visita do secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles

QUE MEDO TINHAM DA UNE? Faixa de luto e a inscrição "Go home Dulles" (Vá pra casa Dulles), na sede da União Nacional dos Estudantes, Rio, 1958: protesto contra a visita do secretário de Estado americano Foster Dulles, no governo JK. Na página ao lado, a fachada fotografada por Walter Ennes em 1980, quando o governo Figueiredo demoliu o prédio; ilustra reportagem da *Folha de S. Paulo* de 26 de novembro de 2007, da repórter Letícia Sander, que anuncia: "Lula promete ajudar UNE a reconstruir sede no Rio com projeto de Niemeyer".


FOLHA DE S.PAULO

Walter Ennes - 4.jun.1980/Folha Imagem

O prédio da UNE na praia do Flamengo, demolido em 1980


Até no Maracanã prenderam gente.

Ditadura e "*ditabranda*"

Já se manifestavam desde o início duas tendências nas Forças Armadas: os militares de linha-dura, defensores do emprego da força imediatamente; e os estrategistas de longo prazo, oriundos da Escola Superior de Guerra.

Mas seria simplista demais dizer que eles se revezaram no poder. Logo no governo de Castelo eles estavam juntos - basta lembrar que seu ministro da Guerra era um duro, Costa e Silva, que o sucedeu aliás. Para manter a coesão, os militares foram obrigados a compor a ditadura com a "*ditabranda*".

A tortura estava nos planos

"A simples acusação num IPM bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura", informa Maria Helena Moreira Alves. Improvisaram prisões. Até o Maracanã, no Rio, abrigou prisioneiros, assim como os navios **Custódio de Mello** e **Raul Soares.**

Denúncias de tortura logo chegam à imprensa. E foi justo o carioca *Correio da Manhã*, grande inimigo do governo Goulart, um dos primeiros a investigar acusações de maus tratos a presos políticos. Já no dia 3 de abril, no editorial "Terrorismo, não", o jornal responsabilizava o governador guanabarino Carlos Lacerda pela violência da polícia no Rio.

O *Correio* enviou ao Recife o jornalista Márcio Moreira Alves, futuro deputado federal. Ele presenciou torturas, colheu depoimentos e publicou o documento *Torturas e Torturados* em 1966. Castelo Branco designou o general Ernesto Geisel, chefe da Casa Civil, para investigação semelhante – arquivada por "insuficiência de provas".

Mas essa implacável perseguição aos "inimigos internos" estava em perfeito acordo com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, desconhecida da maioria do povo, que se espantou com tamanha violência. Com a imprensa sob censura, os casos se sucediam sem vir à luz. Há dezenas deles relatados no *Livro Negro da Ditadura Militar*, publicado clandestinamente em 1972, do que falaremos no próximo fascículo.

O Inquérito Policial Militar vira arma política

O IPM passou a servir a interesses locais. Aconteceu em Goiás com apenas oito meses de regime militar.

O governador Mauro Borges, coronel do Exército e político, "foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos por acusações de infiltração comunista feitas por Irapuan Costa Junior, então professor, mas que logo se tornaria governador do mesmo Estado", narra a historiadora Maria Helena Moreira Alves.

Com apoio do PSD, Partido Social Democrático, Mauro Borges elegeu-se em 1960 sob o lema "nacionalismo e desenvolvimento". Apoiou a posse de Goulart na crise da renúncia de Jânio em 1961. Destacou-se por iniciativas como a implantação de um projeto de distribuição de terras.

Em 31 de março de 1964, Mauro aderiu ao golpe contra Jango. Mas os militares conservadores o consideravam "de esquerda".

"Tortura extorquiu confissões"

Goiás tem importância estratégica – lá fica o Distrito Federal. A direitista UDN, União Democrática Nacional, interessada em comandar a região, incentivou a abertura do IPM para apurar suposta subversão entre seus adversários, instaurado sob a chefia do coronel Danilo Darcy de Sá Cunha Melo. Segundo o coronel, o governador conspirava para instalar no Estado um "paraíso comunista".

Para o historiador Jacob Gorender, o IPM foi montado sob uma "farsa": haveria "uma rede de espionagem financiada pela embaixada da Polônia, em conluio com o Palácio das Esmeraldas":

"A tortura extorquiu confissões falsas de funcionários do governo goiano", afirma Gorender.

Conta o historiador que "foi preso e seviciado num quartel do Exército o professor da Faculdade de Medicina Simão Kossobudski", o qual "somente por ser paranaense de origem polonesa é que se ajustava à trama forjada".

Surge uma denúncia de furto de armas em Anápolis, cidade natal de Irapuan Costa Junior, supervalorizada como prova de que há um golpe em marcha. Em 9 de novembro de 1964, o Supremo Tribunal Federal concede habeas corpus preventivo ao governador Mauro Borges. Castelo Branco passa por cima disso e, em 26 de novembro, intervém no Estado, com grande aparato. O povo se concentra na frente do Palácio das Esmeraldas, tenso, diante da movimentação de tropas, tanques, rasantes de caças da FAB.

Mauro Borges cai e um interventor o substitui, o então coronel Meira Mattos. Irapuan Costa Junior é nomeado prefeito de Anápolis antes de ser "eleito" governador de Goiás, em 1975.



O governador Mauro Borges, de Goiás, recebe apoio do povo, mas o povo nada mais pode fazer. Com tanques, caças da FAB e tropas nas ruas, Castelo o derrubará.





Aeroporto de Guararapes, Recife, 8h50 da manhã, 25 de julho de 1966: dois mortos pela bomba da AP.

ATENTADO EM GUARARAPES

A esquerda contra-ataca e mata dois

Costa e Silva deixou o Ministério da Guerra, candidatou-se à presidência contra a vontade de seus pares e saiu em campanha prometendo "humanizar" o regime. Naquela manhã de 25 de julho de 1966 pousará no aeroporto de Guararapes, Recife, às 8 e meia. Mas eis que o alto-falante avisa que o avião sofreu uma pane e ele está vindo de carro.

Nisso, o dono de uma banca de jornais pede a um guarda-civil que leve ao balcão de achados e perdidos a maleta que alguém esqueceu. Dez para as 9. O guarda dá alguns passos e a maleta explode: continha uma bomba acionada por controle remoto. Morrem um almirante da reserva e um jornalista; treze pessoas ficam feridas. O secretário de Segurança Pública perde quatro dedos da mão esquerda. O guarda-civil terá uma perna amputada.

COISA DE ESTUDANTES

Outras duas bombas explodiram por aqueles dias no Recife e logo prenderam um "suspeito", peruano esquizofrênico que não tinha nada a ver com nada. *O Correio da Manhã* "descobriu" o mandante: Fidel Castro. Costa e Silva manda o diplomata Vasco Leitão da Cunha informar ao secretário de Estado americano, Dean Rusk, que "há indícios definidos de que Cuba está por trás dos atentados".

Na verdade, era obra de estudantes ligados à AP, Ação Popular. A AP tinha sido criada em 1962 a partir de um congresso realizado em Belo Horizonte por militantes da JUC, Juventude Universitária Católica, e outras agremiações da esquerda católica, sob a bandeira do "socialismo humanista". Os rapazes agiram sem o conhecimento da direção, tanto que a AP condenou o ato.

Borrasca à vista

O atentado de Guararapes marca a estréia dos atentados de esquerda, em conseqüência do qual cresceria a perseguição indiscriminada a todos quantos discordassem dos rumos que o país tomava.

O próximo governo militar, de Costa e Silva, nem havia começado e já via nuvens de tormenta no horizonte.



Foto permitida de Costa e Silva, depois de sofrer uma trombose em agosto de 1969. Era preciso afastar boatos de que teria morrido. Morreria em dezembro, aos 70 anos.

FASCÍCULO NÚMERO 5: *O governo Costa e Silva (1967-1969)*

VOCÊ VAI VER:

Um linha-dura que gostava duma jogatina I Mobral: analfabetos viram analfabetos funcionais I A criação da Funai e da Embraer I Pano de fundo: Che morre; o maio de 68; o festival de Woodstock; guerrilha em alta; os Black Panthers I No Brasil, o Tropicalismo I A morte do estudante Edson Luís I Trabalhadores ousam fazer greves I No Rio: Sexta-feira Sangrenta e Passeata dos Cem Mil I Em São Paulo: um morto na Batalha da Maria Antônia I Congresso da UNE em Ibiúna: mais de 700 presos I Capitão da CIA executado I CCC, Comando de Caça aos Comunistas, invade teatros I O Ato Institucional 5 I Quem foi Carlos Lamarca I Surgem as câmaras de tortura e os seqüestros de diplomatas estrangeiros I O primeiro desaparecido político I A morte de Costa e Silva



A DITADURA MILITAR NO BRASIL

PLANEJAMENTO:
José Arbex Jr. e Hamilton Octavio de Souza
REDATORES:
Lana Nowikow, Ricardo Vespucci, Letícia Nunes de Moraes, Cylene Dworzak Dalbon, Marcos Zibordi e Vandeck Santiago
PREPARAÇÃO E REVISÃO:
Mauro Feliciano
DIREÇÃO GRÁFICA E PROJETO:
Michaella Pivetti
EDIÇÃO DE ARTE:
David Magila
ASSISTÊNCIA DE ARTE:
Mariana Nóbrega
FOTOS:
Amancio Chiodi
PESQUISA ICONOGRÁFICA:
memória@plugnet.com.br
biblioteca@masp.art.br
www.sebodomessias.com.br
e Amancio Chiodi
EDITOR:
Mylton Severiano
DIRETOR RESPONSÁVEL: **Sérgio de Souza**
© 2007

Caros Amigos
EDITOR: **Sérgio de Souza**
EDITOR EXECUTIVO: **Mylton Severiano**
EDITORES ESPECIAIS: **José Arbex Jr., Renato Pompeu**
SECRETÁRIO DE REDAÇÃO: **Thiago Domenici**
EDITORA DE ARTE: **Michaella Pivetti**
ASSISTENTE DE ARTE: **Mariana Nóbrega**
PROJETO GRÁFICO: **Michaella Pivetti**
EDITOR DE FOTOGRAFIA: **Walter Firmo**
ASSISTENTE DE REDAÇÃO: **Vinícius Augusto Souto**
REPÓRTERES: **Andrea Dip, Ana Luiza Moulatlet, Marcos Zibordi, Fernando Evangelista e João de Barros**
TEXTO: **Mauro Feliciano e Lilian do Amaral Vieira**
ESTAGIÁRIOS: **Natália Mendes, Flora Bonatto e Bruno Terribas**
CORRESPONDENTES: **Mariana Camarotti (Buenos Aires), Bosco Martins (Mato Grosso do Sul) e Marcelo Salles (Rio de Janeiro)**
SITE E CORREIO CAROS AMIGOS: **Thiago Domenici e Ecomm**
DIRETOR COMERCIAL: **Wagner Nabuco de Araújo**
DIRETOR DE MARKETING: **André Herrmann**
CIRCULAÇÃO: **Gerente: Cristiano de Carvalho Braga**
ASSISTENTE: **Elisângela Santana e Pedro Nabuco de Araújo**
PUBLICIDADE: EXECUTIVA DE CONTAS: **Elaine Sodré**
ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: SUPERVISORA: **Ingrid Hentschel**
CONTROLE E PROCESSOS: GERENTE: **Wanderley Alves**
ASSISTENTE: **André Joaquim**
LIVROS CASA AMARELA: **Heitor Paixão e Clarice Alvon**
APOIO: **Simone Alves, Neidivaldo dos Anjos e Levi Joaquim**
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO: **Nicodemus Pessoa e Nasson Nogueira**
ASSESSORIA JURÍDICA: **Marco Túlio Bottino, Aton Fon Filho, Juvelino Strozake e Suzana Paim Figueiredo**
REPRESENTANTES DE PUBLICIDADE:
BRASÍLIA: **Joaquim Barroncas (61) 9972-0741**

EDITORA CASA AMARELA
REVISTAS | LIVROS | SERVIÇOS EDITORIAIS
DIRETORIA: SÉRGIO DE SOUZA, WAGNER NABUCO DE ARAÚJO
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA FIDALGA, 162,
CEP 05432-000, SÃO PAULO, SP,
TELEFONE 3819-0130
REDACAO@CAROSAMIGOS.COM.BR

FONTES CONSULTADAS:

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1984.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; e CASTRO, Celso. 1964 Visões do Golpe. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. A Volta aos Quartéis. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994/1995.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. CD-ROM.

GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo: Ática, 2003.

HUGGINS, Martha, Polícia e Política. Relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

MOURÃO FILHO, Olympio. Memórias: a verdade de um revolucionário. Porto Alegre: L&PM, 1978.

PARRON, Milton. A Revolução de Março de 64. Série de programas na Rádio USP, São Paulo, março de 1999.

PERAZZO, Priscila Ferreira; E LEMOS, Vilma. "Legionários da Democracia" – A Construção Retórica do Governo Militar Brasileiro recém-implantado em 1964. Revista Imes, em http://www.imes.edu.br/revistasacademicas/revista/com08.pdf

RIBEIRO, Darcy. Aos Trancos e Barrancos – Como o Brasil Deu no que Deu. Rio de Janeiro: 1985.

SILVA, Mylton Severiano; CHIODI, Amancio. Vinte Casos Exemplares, exposição realizada em 1995 em São Paulo, Londrina (PR) e Porto Alegre. Também em Twenty Exemplary Cases: http://www.brazilian-music.com/20cases/

SILVA, Hélio. 1964: golpe ou contragolpe?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WAMBERTO, José Castello Branco. Revolução e Democracia. Rio de Janeiro: edição independente, 1970.

PERIÓDICOS E INTERNET

Coleções dos jornais Última Hora, Folha de S. Paulo, O Globo e das revistas Manchete e O Cruzeiro; Caros Amigos especial – O Golpe de 64, março de 2004.
http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

coleções Caros amigos

12 FASCÍCULOS QUINZENAIS EM QUATRO CORES

32 PÁGINAS POR FASCÍCULO (**384** PÁGINAS NO TOTAL)

plano da obra

1. A NOITE DO GOLPE
2. ANTECEDENTES: O SUICÍDIO DE VARGAS
3. GOVERNO JANGO (1961-1964)
4. GOVERNO CASTELO BRANCO (1964-1967)
5. GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)
6. GOVERNO MÉDICI (1969-1974): O MILAGRE
7. GOVERNO MÉDICI: A TORTURA
8. GOVERNO MÉDICI: TERROR TOTAL
9. GOVERNO GEISEL (1974-1978): FIM DO MILAGRE
10. GOVERNO GEISEL: EXTINTA A LUTA ARMADA
11. GOVERNO GEISEL: A ABERTURA
12. GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985): FIM DA DITADURA

a ditadura militar no Brasil

JUNTO COM O NÚMERO **6** CAPA DURA, GRÁTIS, PARA ENCADERNAR A COLEÇÃO

caros amigos editora